

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL



EDITORA AFILIADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guerra, Yolanda

A instrumentalidade do serviço social / Yolanda Guerra. -- 10. ed. -- São Paulo : Cortez, 2014.

ISBN 978-85-249-2203-9

1. Serviço social - Brasil I. Título.

14-04946

CDD-361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Serviço social 361.981

YOLANDA GUERRA

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

10ª edição
6ª reimpressão

 **CORTEZ
EDITORA**

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra

Capa: de Sign Arte Visual

Preparação de originais: Solange Martins

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor

© 1995 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – junho de 2021

Aos meus pais, pelo que sou.
Ao Kim, pelos desafios que me levaram a ser mais.

Ao Tote, *presente da vida*, por tudo.

Aos assistentes sociais, que “matam um leão por dia” e constroem uma nova instrumentalidade para a profissão.

Sumário

Prefácio à 10ª edição — <i>Evaldo Vieira</i>	13
Prefácio à 1ª edição — <i>José Paulo Netto</i>	15
Apresentação à 10ª edição — A conquista da maioria: O debate sobre “A instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois	21
Apresentação à 2ª edição	43
Apresentação	45
Introdução	53
1. Horizonte sociocultural e ideoteórico do qual dimana a problemática	53
2. O posicionamento do objeto	65

I.

Razão e modernidade

1. Determinações lógicas e ontológicas da categoria “racionalidade”	77
2. Matrizes fundantes das concepções de razão moderna — continuidades e rupturas	80

3.	O racionalismo no século XX	91
3.1	Fundamentos e pressupostos do racionalismo formal-abstrato	94
3.2	O racionalismo formal-abstrato na contemporaneidade	105
3.2.1	Concepção paradigmática das teorias sociais que se determinam na modernidade	106
3.2.2	Contexto de reatualização da polêmica	112
3.2.3	Bases teóricas nas quais a noção de paradigma se sustenta	118
3.2.4	Ortodoxia da modernidade e profecias “pós-modernistas”	133

II.

Racionalidade do capitalismo e Serviço Social

1.	A racionalidade do capitalismo: estudo dos processos e determinações do trabalho nas sociedades capitalistas à luz dos fundamentos de uma ontologia do ser social	147
2.	A perspectiva racionalista formal-abstrata e suas expressões na organização da sociedade burguesa constituída	172
3.	A perspectiva racionalista formal-abstrata na constituição das políticas sociais	186
4.	A perspectiva racionalista formal-abstrata nas elaborações teórico-práticas do Serviço Social	195
5.	Falso como falso e como não falso também contempla um momento de verdadeiro	205

5.1 A racionalização do processo produtivo: inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho	209
5.2 O desenvolvimento das forças produtivas: o processo de racionalização dos meios e instrumentos de trabalho	218
5.2.1 O fetiche dos instrumentos e técnicas ou a deificação das metodologias de ação	229
5.2.2 Na prática a teoria é outra	230
6. Causalidade e teleologia: o protagonismo dos sujeitos na direção teórica da sua <i>práxis</i>	239
Epílogo	249
Rumo ao caminho de volta	249
O processo de (re)totalização	260
Bibliografia	277

Prefácio à 10ª edição

Evaldo A. Vieira

O livro *A instrumentalidade do Serviço Social*, de autoria de Yolanda Guerra, agora em 10ª edição, representa um marco teórico em sua área, particularmente por examinar com segurança a busca da racionalidade profissional, sustentada por teorias e práticas.

Seus leitores, das edições anteriores e das futuras, poderão de forma clara e segura percorrer o que o livro chama de “movimento da razão moderna”, por meio da racionalidade formal do capitalismo. Esta racionalidade formal se manifesta nas práticas profissionais durante a intervenção profissional do Serviço Social. São práticas como tantas outras, notadamente nos variados exercícios profissionais, nas quais “a ontologia do ser social pautada no trabalho” permite verificar a ação ampliada da ideologia, da reificação e da alienação em geral.

Para tanto, Yolanda Guerra serve-se do referencial teórico-metodológico construído por Karl Marx e seus intérpretes, dentre os quais se sobressai Georg Lukács, para analisar a profissionalidade do Serviço Social, levando em conta a dimensão instrumental de intervenção profissional. A perspectiva analítica do livro abre-se em dois momentos que se ligam na exposição, indicando as pressuposições dialéticas da interpretação.

Chama a atenção do leitor a descrição organizada e lúcida feita por Yolanda Guerra sobre as pressuposições que são antes de tudo o apoio analítico do estudo pretendido: a explicação da profissionalidade do Serviço Social. Por conseguinte, investiga os dois momentos mencionados, nos quais se destacam a “categoria racionalidade” e os “mecanismos da produção e da reprodução”.

No livro, a racionalidade no interior da razão moderna implica o conhecimento das formulações contidas na obra de Immanuel Kant e de Georg Friedrich Hegel. Mais especificamente, o conhecimento das formulações da ética de Kant e da filosofia de Hegel consiste no patamar necessário ao entendimento do racionalismo formal, da racionalidade formal e da racionalidade formal-abstrata da época contemporânea do capitalismo.

A seguir, o livro de Yolanda Guerra incumbe-se de apresentar os elementos principais dos mecanismos de produção e de reprodução da ideologia. Estes mecanismos produtores e reprodutores da ideologia constituem atributo essencial da economia e da dominação capitalista. Em vez da liberdade e da individualidade prometidas, comparece o controle dos corações e das mentes. Como mostra o livro, a produção e a reprodução ideológica capitalista nos homens avançam pelas instituições jurídicas, políticas e econômicas, e avançam ainda pelas práticas profissionais.

Portanto, eis aí o tema fundamental abordado. O livro *A instrumentalidade do Serviço Social*, de Yolanda Guerra, cumpre o imprescindível papel de aclarar aos assistentes sociais as reificações e contradições nas formas de ser e pensar a profissão e suas mediações.

É certo que diversas pesquisas foram e serão publicadas e motivadas pelo precioso manancial proporcionado pela “ontologia do ser social”, desenvolvida por Georg Lukács. No entanto, a presente obra dá direção ao seu emprego, de modo mais estrito no campo do Serviço Social. Ela evidencia as dificuldades provocadas pela alienação na prática profissional. Aí está o motivo de fazer-se esta boa leitura.

Prefácio à 1ª edição

José Paulo Netto

Desde aproximadamente os anos 1970, veio se acumulando, no marco do que já tive ocasião de analisar e designar como “processo de renovação do Serviço Social”, uma bibliografia que, para além de seus aspectos polêmicos e problemáticos, acabou por dotar de *nova face* a profissão no Brasil. Quando especialmente situada no que também chamei de “perspectiva da intenção de ruptura”, esta bibliografia configurou uma diferenciada vanguarda teórico-profissional, consagrando toda uma constelação de autores/atores profissionais a que devemos, sem qualquer sombra de dúvidas, a constituição de um *acervo teórico* no campo do Serviço Social (observe-se que escrevo *no* e não *do* Serviço Social).

Tais autores não compõem um grupo homogêneo, nem mesmo o que se poderia rotular de “geração”. Mas o fato é que suas distintas contribuições peculiarizam um momento da evolução profissional, que vai dos anos 1970 ao final da década de 1980, e sua menção em conjunto é obrigatória se quisermos retratar a gênese e a consolidação do referido acervo. Seguramente incorrendo em omissões (com certeza injustas, mas inevitáveis na simples apresentação de um novo texto), eu diria

que são diversamente representativos deste momento evolutivo, entre muitos outros, Vicente Faleiros, Marilda Villela Iamamoto, Alba Carvalho e Aldaíza Sposati — sem contar os que, com intervenções menos visíveis, contribuíram para a extensão do *background* necessário à sustentação de tal momento evolutivo (entre outros, Leila Lima, Maria Carmelita Yazbek, Josefa B. Lopes, Nobuco Kameyama).

Esta constelação de autores (e, insisto, a listagem é meramente alusória) nem de longe esgotou as suas capacidades criativas; estão em plena atividade intelectual, e parece-me inquestionável que cabe esperar de todos novos apartes e novos contributos à massa crítica de que hoje dispomos e que a eles devemos substancialmente.

Mas o fenômeno pertinente que gostaria de enfatizar é que, agora, ao lado de seus nomes consagrados, começa a surgir um elenco novo de protagonistas do/no debate profissional. Também aqui, creio que não seria correto falar de uma *nova geração*; talvez fosse mais apropriado referir uma intelectualidade emergente no Serviço Social, ainda de clara extração docente e naturalmente ancorada no aprofundamento da pesquisa no âmbito dos cursos de pós-graduação. Mas intelectualidade *nova* no sentido em que, amparando-se nas (e beneficiando-se das) conquistas e avanços operados pelo grupo de autores consagrados a que aludi, encontra um patamar de desenvolvimento mais favorável e tem maiores chances de objetivar suas inquietações e proposições.

São inúmeras as condições que favorecem o evoluir desta nova intelectualidade profissional. Para além do terreno conquistado por aqueles que a precederam, ela conta com as alternativas postas pela consolidada interlocução acadêmica da profissão, com um clima de liberdades democráticas de que, no geral, careceram os seus precursores, com o amadurecimento da organização da categoria profissional e, também no geral,

com a positiva problematização experimentada pela “intenção de ruptura” no seu evolver recente.

Entretanto, ela também se defronta com novas dificuldades (dificuldades que não se colocavam anteriormente). Boa parte delas tem sua origem imediata no processo regressivo (de todos os pontos de vista) que tem sua ponta mais visível na *ofensiva conservadora* que, também no plano do pensamento teórico-social, constitui a maré montante da entrada dos anos 1990. Se, entre 1970/1980, o pensamento de esquerda (nomeadamente a inspiração marxista) apresentava-se como instigante e imantador, o que hoje está na ordem do dia é a retórica da *pós-modernidade*. O peso desta constrição sobre a *intelectualidade emergente* (também) do Serviço Social não pode ser minimizado.

O que quero assinalar, com estas rapidíssimas observações, é que esta intelectualidade tanto encontra possibilidades inéditas quanto dificuldades novas. Na verdade, seu *desafio* é outro, se comparado ao que se punha aos seus antecessores — agora, mais que desbravar caminhos e assentar as bases de um desenvolvimento futuro, trata-se de *consolidar criadoramente um polo ideoprofissional, enfrentando, de uma parte, a ofensiva conservadora e, de outra, subsidiando teórica e operativamente o debate e a prática do Serviço Social*.

São fortes os indícios de que esta nova intelectualidade responderá exitosamente às demandas que se lhe colocam. No âmbito acadêmico, e fora dele, podem-se detectar sinais de que estamos no limiar de um patamar inédito de desenvolvimento teórico-profissional — e, novamente aqui, uma listagem certamente implicaria omissões imperdoáveis; mas, mesmo com este risco, atrevo-me a evocar, como exemplos aleatórios, no domínio do debate teórico, os esforços de Ivete Simionatto (SC) e Franci Gomes Cardoso (MA); no rastreamento de elementos históricos incidentes na constituição profissional, as tentativas de Silene M. Freire (RJ) e Rita de Cássia Freire (RJ); na polémica sobre o

“mundo do trabalho”, os estudos de Ana Elizabeth Mota (PE); na discussão da ética, os ensaios de Lúcia Barroco (SP) e Mione Apolinário (RJ); e, na tematização da política social, os esforços de Selma Schons (PR) e Elaine R. Behring (RJ).

Tais indícios, porém, ganham uma densidade inquestionável, gerando uma quase certeza, quando examinamos com cuidado o livro que Yolanda Demetrio Guerra nos oferece agora — neste texto de construção cerrada e de sólido embasamento teórico, a força desta *intelectualidade emergente* parece testemunhar que não estamos confrontados com uma promessa, mas diante de uma realidade.

Enfrentando uma temática ladeada praticamente por todos os novos interlocutores do Serviço Social — a questão da sua instrumentalidade —, Yolanda Demetrio Guerra trata-a em seus aspectos mais substantivos: resgata os seus fundamentos teórico-metodológicos, repõe-na sobre os quadros culturais e sociotários pertinentes e a situa no marco abrangente e inclusivo da problemática da racionalidade dialética. Estou convencido de que neste encaminhamento — um verdadeiro *tour de force* no Serviço Social brasileiro, e realizado por uma intelectual tão jovem (com tudo o que esta determinação contém de potencialidade e limite) — pode residir o mais justo e fecundo equacionamento da questão instrumental. Mesmo que a autora não tenha avançado para soluções imediatamente operativas (como seria fácil e enganosa a formulação de uma pauta de “instrumentos”!), ela colocou a problemática no seu adequado e correto campo. Nesta operação necessária, precondição para o avanço ulterior, reside a originalidade e o mérito do trabalho de Yolanda Demetrio Guerra.

Não se espere manter com este livro uma relação amena e simplória — trata-se da expressão de uma reflexão densa, difícil, saturada. Ele exige um leitor disposto à atenção intensiva, ao cuidado analítico e a um comportamento cada vez mais raro entre professores, estudantes e profissionais pressionados pelas

construções de uma universidade e uma sociedade cada vez mais tomadas pela superficialidade e pelo facilitismo — um comportamento intelectual de *estudos*, um efetivo esforço de *compreensão*. Singularíssimo na bibliografia profissional, este livro reclama uma leitura exaustiva — exaustiva para incorporar (e aprofundar) seus consistentes passos analíticos, exaustiva para detectar (e criticar) suas limitações e eventuais equívocos.

Amostra privilegiada do que se pode legitimamente aguardar da *nova intelectualidade* do Serviço Social no Brasil, o livro de Yolanda Demetrio Guerra é muito mais que representativo da continuidade — posta agora em patamar bem mais alto — com as melhores produções da vertente da “intenção de ruptura”. É a prova cabal de que a inspiração ontológico-marxista, racionalista e dialética permanece como um indescartável eixo de criatividade no Serviço Social contemporâneo.

Rio de Janeiro, verão de 1995

Apresentação à 10^a edição

A conquista da maioria: O debate sobre “A instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois

Voltarei a estes temas quantas vezes o indicar o curso da minha investigação e da minha polémica [...] Nenhum deles está acabado e não estará enquanto eu viver e pensar e tiver algo a acrescentar ao que escrevi, vivi e pensei [...] novamente repito que não sou um crítico imparcial [...] meus juízos se nutrem de meus ideais, de meus pensamentos, de minhas paixões.

Mariátegui (1928)¹ (trad. minha)

Ao término destes 18 anos, o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social alcança a sua maioria.

1. Mariátegui, Advertencia, in: 7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana, 1928. Disponível em: <<http://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/09/mariateguisieteensayosdeinterpretaciondelarealidadperuana.pdf>>. Acesso em: dez. 2013.

Para um leitor indiferente à necessidade impreterível e imposterável desta discussão e da sua potencialidade, este fato soará como uma banalidade. Por certo porque esse leitor não constatou que o tema, quase proscrito da bibliografia crítica do Serviço Social, encontra, neste momento, sua maturidade teórico-acadêmica.

Assim, nada mais adequado do que comemorar o fato com a 10ª edição da obra originalmente publicada em 1995, reconhecendo o debate como inacabado, inconcluso, renovável e sempre aberto às várias possibilidades que a realidade lhe impuser.

Como demonstra a bibliografia atinente ao tema, seu tratamento até então vinha priorizando a discussão de instrumentos, técnicas, metodologias (de diagnóstico, de intervenção) que determinavam etapas do processo de planejamento ou da intervenção propriamente dita, cuja preocupação se restringia a ditar procedimentos sobre o “como fazer”.

Assim, o debate da instrumentalidade tenta romper com esta visão formalista de conceber os instrumentos e técnicas como algo que determina a ação profissional, como se os procedimentos, estabelecidos *a priori*, fossem os responsáveis pela direção da intervenção profissional.²

Assim, foi necessário buscar os fundamentos teóricos, éticos e políticos nos quais se assentava a intervenção profissional, trazendo-os à luz, na perspectiva de criticar as racionalidades subjacentes a tal concepção. Como bem observa Netto, no belíssimo prefácio à 1ª edição deste livro, o tema da instrumentalidade se constitui em “uma operação necessária precondição para o avanço ulterior”, de onde decorrem, a seu juízo, a originalidade e o mérito do livro. E é como “precondição para o avanço” que a discussão da instrumentalidade mostra sua atualidade e seu campo de possibilidades de renovação.

2. Equívoco que nomeiei de “fetiche dos instrumentos e técnicas ou deificação das metodologias de ação”, cf. item 5.2.1 do II Capítulo deste livro.

No decurso destes 18 anos, foi necessário retomar determinados temas, característica própria do processo de construção teórica. Pudemos vivenciar, tal como nos escreve Mariátegui (1928), que nenhum tema está nem estará suficientemente discutido, nenhum deles pode ser dado como esgotado, enquanto se tiver necessidade de acrescentar algo a eles. Daí a ânsia de retomá-los, rediscuti-los, aprofundá-los, elaborar novas hipóteses, problematizações, sínteses, visando resultados sempre novos e provisórios. Com este intuito, e mesmo sabendo que a distância entre a síntese e a simplificação é muito tênue, procuro nesta Apresentação trazer ao leitor uma síntese que possa ser, ao mesmo tempo, uma chave de leitura do texto escrito em 1995³ e um balanço de seus desdobramentos, decorridos 18 anos da sua publicação.⁴ Aí, ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento, tento demonstrar que, após esse tempo, a discussão continua pertinente e atual.

O argumento desta afirmação reside em dois elementos fáticos. O primeiro, em razão de que o tema, só recentemente abordado pela bibliografia crítica da profissão, ainda possui lacunas a serem preenchidas pelas sistematizações da prática, pela pesquisa rigorosa e pela produção de conhecimento na área. O segundo, porque o tema nem sempre tem sido apropriado no seu significado original.

Inicialmente, é preciso repisar que o tema da instrumentalidade tem sido incorporado no rol dos temas “*mal ditos*” pela e no interior de parte da categoria profissional. Tal consideração se faz sob dois aspectos:

1) O primeiro, em razão do quase total abandono, desca-so, rechaço, banimento do tema por parte da academia, o que se reflete na sua ausência nas pesquisas e na literatura crítico-

3. Cujas lacunas o tempo tratou de demonstrar.

4. Que se expressa claramente em novas produções e no lugar que o tema passa a ocupar na recentíssima produção da área.

-profissional. Trata-se de um tema pouco estudado, com raros investimentos na formação, na pesquisa e na produção do conhecimento.

2) O segundo aspecto que nos leva a incluir o tema da instrumentalidade no rol dos temas “*mal ditos*” no interior da profissão pode ser considerado a partir de dois subproblemas. O primeiro relaciona-se ao fato de que tem sido um tema tratado com profundo preconceito, discriminação e em torno do qual têm se criado falsas polêmicas. Aqui, o caráter “*mal dito*” tem a ver com sua remissão imediata ao universo do pensamento conservador e com ele ter sido identificado. Para além do equívoco de ser considerado um tema recoberto pelo ranço do conservadorismo, como se sua problematização estivesse confinada ao universo do Serviço Social tradicional, entendido como modelos de diagnóstico e de intervenção, pautas de como fazer, sempre restrito ao referencial das correntes positivistas, temos ainda que o termo instrumentalidade tem sido tratado como o conjunto de meios, instrumentos e técnicas de intervenção profissional e a ele se limitado. Ao ser identificado ao conjunto de instrumentos e técnicas interventivas, o tema da instrumentalidade perde seu potencial de mediação à realização do projeto profissional, razão pela qual considero esta limitação como um reducionismo que empobrece o tratamento dado àquele. Assim, 18 anos depois, os equívocos de limitar o tema ao pensamento conservador e/ou ao conjunto de instrumentos e técnicas de intervenção profissional não foram superados.

Isso posto, e analisando a trajetória do debate, tendo a considerar que o grande avanço no tratamento do tema foi ter sido colocado no universo da problemática do trabalho — mediação necessária ao atendimento de necessidades naturais e sociais. Como parte do modo de ser e de se reproduzir do ser social, o trabalho, mediação entre homem e natureza, tem uma instrumentalidade. A capacidade de o ser social mobilizar os meios para alcançar seus objetivos está diretamente relacionada

à outra capacidade que lhe é anterior: a teleologia, ou seja, a capacidade que os homens e as mulheres detêm de projetarem, pelo movimento da sua consciência, a sua intenção, antes mesmo de a realizarem. Esta capacidade fantástica de alterar seus planos, mudar a rota, avaliar seus desdobramentos e consequências, ainda no nível da sua projeção, da sua intenção, é o que nos permite escolher fazer ou não fazer; fazer através destes ou daqueles meios. É a capacidade que nos permite exercer nossa autonomia, nossa liberdade entendida como escolhas dentro das circunstâncias possíveis. Se a teleologia, a projeção da intencionalidade, a clareza dos fins é a primeira capacidade, absolutamente indispensável à realização de qualquer projeto, a segunda capacidade, a de mobilizar os meios necessários, dando-lhes uma instrumentalidade, orientá-los para o alcance dos objetivos visados e estabelecidos pelo movimento da consciência no processo, é tão relevante quanto a primeira, ainda que seja uma capacidade sempre subordinada à primeira. Cabe ao sujeito, postas as suas finalidades, tendo clareza dos fins e de seus desdobramentos e consequências, colocar em movimento os meios e as mediações necessárias à realização dos seus objetivos/fins, e isso é dar-lhes uma instrumentalidade, que será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e de agir sobre uma determinada realidade. Assim é que, no processo de trabalho, a passagem do momento da preparação (projeção, intencionalidade) para a ação, propriamente dita, requer instrumentalidade. Só o trabalho atribui instrumentalidade aos meios e instrumentos que o sujeito julga como os mais adequados aos fins propostos, donde a necessidade da ciência dos fins e do conhecimento dos meios. É nesta perspectiva que consideramos o termo *instrumentalidade*: como as propriedades/capacidades das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho, convertidas em meios/instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetivos/finalidades. Tal capacidade

é atribuída pelos homens no processo de produção da sua vida material e espiritual, através do seu pôr teleológico. São os homens que atribuem — pelo pôr teleológico — capacidade para que determinadas coisas se convertam em meios e instrumentos, de modo a dar-lhes uma instrumentalidade. A instrumentalidade é a capacidade de articularmos estratégias e táticas mais adequadas (ou não) aos objetivos que pretendemos alcançar. Se no processo de trabalho o ser social aciona determinados níveis de racionalidade e põe em movimento a sua vontade, adequando-a às finalidades, a instrumentalidade do trabalho depende de uma definição da razão e da vontade do sujeito, depende de um processo de conhecimento (o mais aproximado possível da realidade) e da tomada de decisão (a mais adequada em relação aos meios e fins). Se trabalho é relação homem-natureza, a práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho). Num e noutro, os sujeitos realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao sujeito manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades. Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos, depende de decisões teleológicas, o que necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos.

Também é uma peculiaridade do processo trabalho o fato de que sujeitos históricos desenvolvem capacidades que passam a mediar sua relação com outros. Desenvolvem mediações, tais como a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas que permitem a sua reprodução como seres sociais, e, portanto, são postas pela práxis. O desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais, e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a ciência e a

técnica. Tais complexos sociais (que Lukács chama de mediações de “segunda ordem”, já que as de primeira ordem referem-se ao trabalho) têm como objetivo proporcionar uma dada organização das relações entre os homens e localiza-se no âmbito da reprodução social (Lessa, 1999; Barroco, 1999; Guerra, 2000a).⁵

No âmbito da reprodução social, o que ocorre é que a instrumentalidade, com a qual os homens controlam a natureza e convertem os objetos naturais em meios para o alcance de suas finalidades, é transposta para as relações dos homens entre si. Mas isso só é possível em condições sócio-históricas determinadas. Nestas, os sujeitos sociais tornam-se meios/instrumentos de outros. O exemplo mais desenvolvido de conversão dos sujeitos em meios para a realização de fins de outros é o da compra e venda da força de trabalho como mercadoria, de modo que a instrumentalidade, convertida em instrumentalização das pessoas,⁶ passa a ser condição de existência e permanência da própria ordem burguesa, via instituições e organizações sociais criadas com este objetivo. Tais relações são produzidas por determinada racionalidade que se torna hegemônica e sustenta determinado projeto de sociedade.

E por falar em racionalidades, não casualmente iniciamos o primeiro capítulo do livro pela reflexão sobre a razão moderna e pelo seu fundador: Immanuel Kant. Esse filósofo, cuja reflexão está centrada nas Três Críticas (da Razão Pura, da Razão Crítica e do Juízo), realiza a revolução copernicana na filosofia ao colocar no centro a Razão Humana, em contraposição à Razão Divina, ao dogma e à superstição, pelo que haveria de pagar um

5. Refiro-me aos artigos publicados no âmbito dos Cadernos do Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social, promovido pelo CFESS/UnB, entre 1999 e 2000.

6. Por instrumentalização das pessoas entendo o processo pelo qual a ordem burguesa, por meio de um conjunto de inversões, transforma os homens de sujeitos em objetos, meios e instrumentos a serviço da valorização do capital.

preço. Assim, sua preocupação com o conhecimento — não relativo ao ser, mas com a capacidade de o sujeito conhecer determinado objeto — o leva a crer que os objetos são carentes de sentido e que este somente pode ser dado pelo sujeito. Este sim, segundo Kant, detém todas as condições de possibilidade de conhecer, segundo seus interesses e finalidades. Assim, o conhecimento é produto de uma única faculdade: a razão. Com Kant inaugura-se uma filosofia transcendental, síntese entre o empirismo inglês e o racionalismo francês, concebendo uma nova filosofia: o criticismo subjetivista. Com o criticismo kantiano, a razão é levada a um tribunal e as faculdades cognitivas são submetidas a uma rigorosa crítica acerca de suas possibilidades, donde a famosa pergunta sobre “O que eu posso conhecer?”. Já o subjetivismo kantiano consiste em afirmar a prioridade do sujeito sobre o objeto no processo de conhecimento, fundando a razão subjetivista, cujo conhecimento *a priori* do sujeito, dentro dos limites da experiência, é chamado de transcendental. Com isso, o filósofo do Iluminismo enaltece o protagonismo do sujeito no processo do conhecimento do fenômeno, já que a coisa em si, o *noumenon*, segundo ele, não nos é dada a conhecer. Na sequência do Capítulo I, que traz o debate da razão na história e seus desdobramentos no projeto da modernidade,⁷ pincelamos para o leitor alguns traços da monumental obra de Hegel, demarcando suas diferenças com Kant, os avanços promovidos, até a sua identificação da Razão Dialética e a guinada marxiana acerca desta. Com estas referências, pretende-se demonstrar, nos elementos que inauguram a razão moderna e nas diversas modalidades

7. O debate inaugurado no livro de 1995 sobre a razão moderna, seus tons e as teorias sociais que dela derivam, é apresentado e aprofundado em vários textos. Cito os mais utilizados pelas assistentes sociais: “Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro”, 2007, de Josiane Santos, e o artigo de Ivete Simionatto, “As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência no Serviço Social”, 2009, publicado no livro *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*, CFESS/ABEPSS.

de racionalidade,⁸ os projetos societários aos quais elas subjazem. O pensamento burguês, por seu agnosticismo, ou seja, por não reconhecer a existência de uma essência histórico-concreta e situada historicamente, se manifesta em orientações racionalistas formais, irracionalistas, objetivistas, subjetivistas, positivistas, existencialistas e pragmáticas. Tal pensamento inaugura uma racionalidade que se torna hegemônica, a qual reduz a práxis a um conjunto de regras formais, burocráticas e manipulatórias, baseada na objetividade econômico-social que desconsidera solenemente o protagonismo dos sujeitos. Assim, faz-se importante recuperar a dialética *causalidade e teleologia*, fundante da historicidade, e com ela o protagonismo dos sujeitos na constituição dos processos históricos.⁹

É com Marx que localizamos o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética,¹⁰ pilares de um projeto de sociedade construído na práxis, na produção e reprodução da vida material e espiritual de homens e mulheres que escolhem, decidem, interferem na realidade, acionam determinados níveis de reflexão, ou seja, de racionalidades, e são norteados por conhecimentos, convicções e princípios ético-políticos. Na realização de objetivos imediatos, por situações do cotidiano que necessitem de uma solução, a utilização da razão instrumental,¹¹

8. Caminho necessário para a construção dos argumentos que demonstram a pertinência da nossa hipótese, e, não casualmente, compõe o I Capítulo do livro.

9. Conforme o item 6 do Capítulo II deste livro.

10. Razão dialética é a razão substantiva e emancipatória, tratadas aqui como sinônimo, porque concebemos que a razão mesma é dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância. A razão dialética refere-se a uma lógica objetiva que os processos sociais portam e às condições que permitem a reconstrução desta lógica, pela via do pensamento.

11. A razão instrumental é uma dimensão da razão dialética (substantiva e emancipatória), e como tal, limitada a operações formal-abstratas e a práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa. Nota-se que a razão

enquanto um nível da razão, é absolutamente necessária. Na perspectiva de direcionar-se ao seu objetivo, dar resolutividade às suas ações, os sujeitos, homens e mulheres, acionam um tipo de racionalidade necessária a tais objetivos (prático-imediatos). Mas essa é uma racionalidade que nos exige pouco; é uma racionalidade que se torna cada vez mais instrumentalizada e empobrecedora. A razão miserável ou a sua destruição¹² foi, desde muito tempo, observada e denunciada por Marx como decorrência da decadência ideológica da burguesia e retomada por outros autores que, embora em momentos diferentes, o fizeram em total sintonia.¹³ Com a razão instrumental nos é

instrumental está sendo compreendida como um nível (inferior) da razão dialética, esta, humanista, histórica e dialética. A razão instrumental, como condição necessária, mas insuficiente, à reprodução da espécie humana, é responsável pela capacidade de os homens responderem às necessidades, pela dimensão do fazer, pela manipulação. Por ser uma razão subordinada e funcional, tem que estar subsumida à razão substantiva (ou dialética), na qual impera a consciência dos fins e dos conteúdos ético-políticos dos mesmos. Ocorre que num determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, opera-se uma inversão na qual a razão instrumental se amplia, de modo que adota a aparência de ter se tornado a única razão vigente e possível sob o capitalismo. A razão instrumental rompe seus vínculos com a razão dialética, disso resultando a ampliação e intensificação tanto de uma racionalidade que se atém aos resultados prático-imediatos — independentes dos seus fundamentos e princípios ético-políticos — quanto de uma relação social na qual os homens tornam-se meios dos próprios homens e, como tal, submetidos à manipulação e ao controle.

12. Sendo a razão o mote de toda a reflexão destes autores, seu empobrecimento ou sua destruição decorrem da condição de decadência da burguesia. A primeira, fundada numa racionalidade formal-abstrata; a segunda, fundada no irracionalismo. Ambas as tendências complementares se juntam a um só corpo como o Deus Janus, da mitologia greco-romana, representação utilizada por Coutinho no livro *O estruturalismo e a miséria da razão*. A ponte entre eles, como nos mostra o autor, é dada pelo agnosticismo.

13. Refiro-me a Lukács, no seu célebre *O Assalto à Razão* (tradução do livro *A destruição da razão*, de 1953), e Coutinho, *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (clássico que, publicado em 1972, foi reeditado no ano passado pela sua explícita relevância e atualidade). Creio ser importante notar que, ao que parece, foi através do debate da instrumentalidade que a discussão sobre a configuração do projeto da

facultado responder de maneira pontual, imediata, focalizada e, em algumas situações, deslocando as contradições postas nas situações nas quais atuamos para outras esferas da vida e do cotidiano. Mas esta racionalidade se reduz aos critérios de eficácia, eficiência e utilidade, tanto das coisas quanto das pessoas. É aí que reside a problemática: quando os homens e mulheres utilizam outros seres sociais como meios para o alcance de suas finalidades ou quando utilizam sua racionalidade para fins de manipulação de outros homens e mulheres. Além disso, o que é central na discussão é que a *racionalidade instrumental não nos permite avançar na construção do novo, do não instituído, do vir a ser*. Ela se coloca na lógica da reprodução da sociedade, do seu *status quo*.

No âmbito do Serviço Social, os influxos de uma racionalidade empobrecedora se somam aos do irracionalismo, e fazem com que muitas vezes nossas respostas não se diferenciem daquelas expressas por leigos, realizadas de improviso, baseadas em circunstâncias aleatórias e na repetição, o que vem reforçar o equívoco de que “na prática a teoria é outra”;¹⁴ de que “qualquer um pode fazer o que faz o assistente social”. Esta racionalidade sustenta a recorrente, equivocada e medíocre identificação entre Serviço Social e prática de ajuda, que se produz tanto como parte da autorrepresentação dos assistentes sociais quanto da representação social da profissão.¹⁵ Nesta identificação, subjaz a indistinção entre profissão e vocação, como se a condição de

modernidade e suas pilastras (humanismo concreto, historicismo e razão dialética) é apresentada aos assistentes sociais.

14. Remeto o leitor ao item 5.2.2 do Capítulo II do livro. Esta discussão, problematizada em 1995, foi recuperada por Guerra e Forti, na Coletânea Serviço Social — Temas, Textos e Contextos, da Lumen Juris Editora, em 2010, e aprofundada por Claudia Monica Santos na obra *Na prática a teoria é outra?*, 2010, da mesma editora.

15. Tema trabalhado por Fatima Ortiz, na sua tese doutoral, publicada com o título *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*, da Editora Epapers, 2010.

ser assistente social dependesse de qualidades natas (dos genes ou do DNA), tendência que ignora e/ou nega a necessidade de uma rigorosa formação profissional, já que, ao contrário, considera que a profissão se realiza através de um conjunto de práticas e modelos previamente determinados.

Tenho argumentado que a racionalidade hegemônica na profissão tem sido a razão instrumental¹⁶ e isso ocorre por dois fatores: o primeiro, tendo em vista sua inserção na divisão social e técnica do trabalho como profissão interventiva que deve dar respostas que alterem as heterogêneas, diversificadas e até inusitadas situações que chegam ao profissional; segundo, em razão da peculiaridade posta nas demandas para a profissão: são demandas que exigem solução, ainda que em nível imediato, emergencial, paliativo, pontual, focalizado nas situações que se convertem em objetos da profissão e exigem uma resolutividade.

Assim, ir além da imediaticidade da prática profissional¹⁷ e da racionalidade instrumental não é nada fácil. Não se faz isso apenas pelo desejo ou pela boa vontade. Há que se ter um enorme investimento em outra forma de ler e interpretar a realidade: superar a consciência mística e mistificada, ir além da consciência comum, ir além da aparência que recobre os fatos da realidade social. É preciso transcender, incorporando a consciência formal-abstrata¹⁸ da realidade e alçar a Razão que, como o nível

16. Recente artigo publicado por José Fernando S. Silva, "Serviço Social: razão ontológica ou instrumental?", na revista *Katálysis*, n. 16, v. 1, 2013, corrobora esta afirmação.

17. Tema desdobrado e aprofundado por Marilene Coelho, em sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ em 2008 e publicada pela Lumen Juris Editora, em 2013, com o título *Imediaticidade na prática profissional do assistente social*.

18. Tema que atravessa toda a reflexão contida no livro *A Instrumentalidade do Serviço Social*. Por racionalidade formal-abstrata estamos considerando uma modalidade, nível ou grau de abrangência da razão. Essa forma de pensar e agir, conveniente ao modo de produção/reprodução capitalista, encontra na Sociologia os instrumentos, procedimentos e modelos de interpretação e intervenção na realidade social, já

mais alto alcançado por uma determinada reflexão, é ponto de chegada de um longo, demorado, difícil esforço e movimento da consciência que não se conforma com o dado (e por isso o critica, superando-o), com o instituído, com o aparente. Esta, por si só, é histórica e dialética: acompanha o movimento da própria realidade, identifica suas contradições, apanha, atua e modifica as mediações que tecem a realidade, num recorrente processo de totalização, na perspectiva de incorporar alguns elementos antigos, transforma-os, reconfigura-os, supera-os. Não é demais lembrar que a razão instrumental nos faz ter uma determinada apreensão do nosso cotidiano. Nosso campo de percepção do cotidiano, pela via da razão instrumental, é o da mera repetição, da rotina, limitado ao âmbito das experiências imediatas, da empiria, do factual, dos imediatismos, do caos, do acaso, do fortuito. Assim, quando a ela recorremos, a sensação é a de que *fazemos tudo o que podemos*. Em decorrência de captarmos o cotidiano desta maneira, não nos perguntamos qual é o limite do possível, até onde o sujeito pode “esticar” este limite que, aparentemente, se fecha em si mesmo. Assim, no cotidiano vemos limites, mas não possibilidades. Ora, é o próprio cotidiano, como espaço onde se manifestam as contradições, como espaço onde operam sínteses de múltiplas determinações, que nos permite análises mais concretas e complexas sobre o exercício profissional. Enquanto lamentamos as limitações não temos a percepção das possibilidades. É por isso que a percepção do mundo e do cotidiano através da razão instrumental não é *suficiente para acionarmos, mobilizarmos as forças de resistência,*

que esta disciplina se consolida sobre uma base natural, e, por isso, pode atribuir aos fatos, fenômenos e processos sociais, total objetividade e autonomia. Ao isolar os problemas da vida social pela naturalização e autonomização — já que os fatos sociais são coisas, exteriores, superiores e anteriores — este tipo de racionalidade neutraliza qualquer possibilidade de os indivíduos organizarem-se e, sobretudo, modificarem a realidade. O leitor encontrará os fundamentos teórico-metodológicos, culturais e políticos sobre a racionalidade formal-abstrata no interior desta obra que trata o tema de maneira inédita no Serviço Social.

para elaborarmos as estratégias de enfrentamento a este cotidiano, para potencializarmos as forças progressistas capazes de alterar as situações, pois nenhuma ação está desconectada de um determinado nível do pensamento, desde o mais elementar até o mais elaborado, que é o conhecimento científico.

Não obstante, após 18 anos, repito, o tema da instrumentalidade ainda é identificado com o debate sobre instrumentos e técnicas, é tratado como a instrumentalização da profissão. Muitos, tanto na academia quanto no meio profissional, se prestam a entendê-la nesta perspectiva: como uma pauta de procedimentos relacionados ao “como fazer”, um receituário, modelos e regras a serem aplicados na realidade. Ora, nada mais estranho ao universo filosófico e teórico-metodológico no qual situamos a questão da instrumentalidade do que falar em apriorismos, pois, se é no trabalho que a instrumentalidade se desenvolve, ela tem, necessariamente, que acompanhar o movimento da realidade, de se construir nele, e de responder a ele, de modo que ela é, em essência, histórica e dialética, donde a necessidade de uma racionalidade que acompanhe e dê sustentação a este movimento. Nessa concepção, os instrumentos são elementos postos na relação entre o assistente social e os usuários, na perspectiva de efetivar respostas planejadas e projetadas pelo profissional.¹⁹ Assim, os instrumentos se revestem de uma intencionalidade profissional. Serão acionados, mobilizados, utilizados, criados em consonância com as finalidades da intervenção profissional, contribuindo para a passagem da teoria à prática, do ideal ao real. São eles os veículos que permitem materializar os objetivos profissionais através de ações concretas.

19. Tema tratado por Rosa Prêdes, na tese de doutorado defendida com o título “Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, em 1999, e mais recentemente por Charles. T. Sousa, no artigo “A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional”, na *Revista Emancipação*, v. 8, n. 1. Ponta Grossa/PR: UEPG, 2008.

Com base nesta compreensão acerca do significado do instrumental técnico-operativo no exercício profissional, buscou-se uma abordagem ontológica que considere desde a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, sua peculiaridade operatória, sua inserção na esfera da prestação de serviços sociais,²⁰ sua demanda por respostas concretas que modifiquem o contexto do usuário destes serviços, ainda que paliativas, pontuais, focalizadas; a característica de que junto com sua força de trabalho o assistente social vende um conjunto de modos de operar, até trazer à tona seu papel como formulador e executor de políticas sociais, daí a necessidade de apreender o modelo, as determinações e configurações históricas das políticas sociais, posto que elas constituem o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais. Aqui cabe uma reflexão, ainda que breve, de que o assistente social irá trabalhar na implementação de políticas sociais, contribuindo para a produção e para a reprodução material e ideológica da força de trabalho. As políticas sociais constituem-se em estratégias de enfrentamento das crises do capital e servem ao Estado para garantir sua legitimidade perante as duas classes fundamentais: trabalhadores e capitalistas. Enquanto estratégias do Estado para promover o consenso e manter a força de trabalho ocupada e excedente apta a se inserir no mercado de trabalho, as políticas sociais escondem a contradição de que são resultado de luta e conquista dos trabalhadores. Foi com base nesta configuração da profissão que foi possível apreender a instrumentalidade do Serviço Social como sua condição sócio-histórica, condição de possibilidade de sua existência que atende necessidades das duas classes fundamentais que se confrontam no mundo burguês, mas não o *faz de maneira harmônica nem equilibrada*, posto que reforçar interesses de um ou outro lado depende

20. Cf. item 5.1 do Capítulo II: A racionalização do processo produtivo: inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho.

das condições dadas pela correlação de forças estabelecidas no momento. Com isso, afirmamos, inicialmente, a instrumentalidade do Serviço Social em dois níveis:

Primeiro, no que diz respeito à sua funcionalidade ao projeto reformista da burguesia (reformular conservando), o que é feito pela mediação das políticas sociais,²¹ sendo o Serviço Social uma estratégia de controle, de gestão das contradições que se tecem na relação entre capitalistas e trabalhadores, gerenciando os níveis de pobreza, os quais não podem ir além do admitido/suportável. O modelo e a condição da política social, do ponto de vista estrutural e conjuntural, vão repercutir no exercício profissional atribuindo-lhes contornos, configurações, limites e possibilidades, donde emanam as condições de confrontar ou não o tipo de resposta reformista-integradora que lhe é demandada.

Segundo, no que diz respeito às demandas e seu atendimento. Refiro-me à sua peculiaridade operatória, ao caráter instrumental-operativo das respostas profissionais (ou nível de competência requerido) frente às demandas das classes, de onde advém a legitimidade da profissão. Assim, é o ato de dar respostas que legitima a profissão, mas seu conteúdo é o que diferencia um assistente social de outro.

Posta a discussão nestes termos, ao recorrermos à razão crítico-dialética nos foi dado perceber que haveríamos de buscar a instrumentalidade da profissão, tanto no que diz respeito a sua peculiaridade como estratégia de contenção de conflitos, de administração e gestão da miséria e dos conflitos, quanto na sua peculiaridade em termos da sua natureza interventiva, que tem que operar modificações nas problemáticas que lhe são apresentadas como demandas, de modo que se caracteriza por um tipo determinado de resposta: operativo-instrumental. É parte

21. Tema que foi desenvolvido por Carlos Montañó no seu livro sobre o Terceiro Setor, cap. II, item 5, no que se refere à instrumentalização e funcionalidade do chamado terceiro setor.

da instrumentalidade o ato de responder às diversas e heterogêneas demandas que nos chegam (e aqui há que se discernir as demandas do sujeito para o qual a nossa intervenção se direciona das demandas da instituição, a demanda do profissional; mas também há que se diferenciar a demanda espontânea, inicial, imediata, real, emergente), de onde se faz necessário buscar seus fundamentos sócio-históricos e políticos, seu modo de ser e discerni-los do seu modo de aparecer, das suas expressões, evidenciar seus contornos, determinações e particularidades, para daí captar como esta demanda é respondida e com que tipo de respostas, bem como qual a racionalidade que o assistente social está acionando para responder a ela. Faz importante notar que o atendimento das demandas exige um determinado tipo de ação que produza um resultado, tendo em vista sua natureza interventiva, bem como que se trata de demandas e necessidades sociais diferentes, de naturezas também diferentes (individuais e coletivas), as quais atendem a projetos diferentes e divergentes. Por isso não se trata de pensar apenas em responder às demandas da instituição. É preciso identificar qual é a racionalidade da mesma e qual a racionalidade que adotamos no processo de responder, que teorias são acionadas, que valores estão presentes nas escolhas que fazemos durante o ato de responder.

Pela instrumentalidade da profissão se expressam tais racionalidades que se materializam nas diversas formas de intervenção ideopolítica e socioprofissional do assistente social. Na medida em que desvelamos o limite dessa racionalidade formal-abstrata, ela se torna racional para nós e desaparece nossa dependência e subordinação em relação a ela. É a razão ontológica, crítica e dialética que deve iluminar as decisões e escolhas possíveis no momento. Foi a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, *como mediação, conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das*

técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional. Assim, falar de instrumentalidade é falar de relação entre meios e fins, a qual nada concede à suposta neutralidade profissional. Tal escolha nem é aleatória nem é somente subjetiva, mas uma escolha de um sujeito historicamente situado que analisa a realidade a partir das condições causais nas quais ele se encontra. E decide, escolhe, se posiciona e se compromete. Como afirma Chaui, fins éticos exigem meios éticos (1994, p. 339).²² Assim, as diversas instrumentalidades estão orientadas por diversos projetos de profissão.

Falar de instrumentalidade como a capacidade de mobilizar (criar, recriar) os meios para alcançar objetivos é falar em projeto profissional. Para tanto, a busca das respostas sobre “*o que, por que, para que, quando, onde, com que meios e como fazer*” são fundamentais. Se o “*como fazer*” e o “*com que meios*” referem-se às habilidades e competências²³ que teremos que desenvolver durante nosso processo de formação contínua, estando estas diretamente relacionadas ao modo de ser do assistente social tanto individual quanto coletivo, a resposta ao “*por que*” depende de uma leitura da realidade social que se apoia numa determinada teoria social e visão de homem e mundo; já a resposta ao “*para que*” está subsumida aos valores e compromissos

22. Chaui, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

23. A percepção sobre as dimensões da profissão e as competências a elas vinculadas: técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa, derivada do debate da instrumentalidade, foi desenvolvida posteriormente e pode ser encontrada em Guerra: “Ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão”, *Temporalis* (Brasília), Brasília/DF, v. 2, 2000b; “As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas”, *Revista Libertas*, v. 2, n. 2, 2002/2003; “A dimensão investigativa no exercício profissional”, in: *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009; “A dimensão técnico-operativa do exercício profissional”, in: *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

profissionais. O “quando” e “onde” estão relacionados com a dimensão do espaço e do tempo e têm a ver com a concepção de história social do sujeito, exigindo-lhe sistemática e permanente análise da conjuntura.

Assim, a instrumentalidade contribui para a realização do projeto ético-político crítico quanto mais enriquecida ela for. Mas ela não se relaciona apenas com os projetos progressistas. Na ordem burguesa tem-se a hegemonia de uma instrumentalidade empobrecida limitada aos desígnios do ordenamento social burguês.

O que vem a ser uma instrumentalidade enriquecida, qualificada, de novo tipo? Ela pode ser reduzida ao domínio dos instrumentos e técnicas?

A esta altura, o leitor já pode responder em bom tom: certamente que não, embora sem o domínio dos instrumentos e técnicas não realizamos o proposto por nenhum projeto profissional, seja de ruptura, seja de continuidade com o conservadorismo. No entanto, não podemos tomar o que é acessório, secundário, pelo que é essencial. Uma instrumentalidade enriquecida significa ter clareza do projeto, de onde se quer chegar, ter uma racionalidade que nos permita lançar luzes, sempre renovadas, sobre os objetivos e que os clarifique, nos permitindo explicitar o horizonte a ser alcançado e a direção a ser adotada. Em segundo lugar, significa o domínio de uma teoria que nos permita construir os caminhos e as estratégias, táticas, instrumentos e técnicas.²⁴ Em que circunstâncias conseguimos enriquecer nossa instrumentalidade?²⁵

24. A necessidade de uma instrumentalidade pautada na visão histórica e na crítica radical foi apontada por Ana Elizabete Mota no original artigo “Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento”. Revista *Katálysis* (impresso), v. 1, p. 17-27, 2013.

25. Agradeço à Francisca Pini pela sugestão de incluir este debate nesta nova apresentação.

- Quando vamos além das estratégias individuais e buscamos responder às demandas coletivas, ou seja, coletivizamos as demandas;
- Quando lutamos contra a individualização dos problemas, enfrentamos os processos que levam à culpabilização e responsabilização dos usuários das políticas sociais por aquilo que a ordem burguesa considera “seu problema”;
- Quando lutamos contra a precarização e intensificação do nosso trabalho e de outros, pela efetivação das 30 horas, sem prejuízo do salário;
- Quando exigimos espaço para estudo e discussão no local de trabalho e tempo para a nossa qualificação, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Quando questionamos e lutamos contra o aligeiramento da nossa formação graduada e pós-graduada; contra a mercantilização da educação, contra a privatização do público, especialmente das políticas sociais.

Nossa instrumentalidade é rica quando estimulamos a participação do usuário nas instituições, quando veiculamos as informações que são de importância para eles.

Nossa instrumentalidade é rica quando ousamos criar novos instrumentos emancipatórios em detrimento dos que subordinam, manipulam e exercem controle sobre os usuários e/ou suas famílias; quando negociamos com a instituição em prol dos interesses dos usuários, quando questionamos e buscamos superar ou ampliar os critérios de elegibilidade.

Nossa instrumentalidade é mediação quando superamos a aparência da demanda imediata e atuamos para além das demandas emergenciais, quando adotamos uma atitude investigativa no cotidiano, quando o refletimos criticamente e o superamos momentaneamente; quando buscamos nos aliar aos

usuários e outros profissionais que compartilhem conosco um projeto de sociedade de novo tipo, profissionais com quem temos sintonia, na perspectiva de tensionar a instituição.

Nossa instrumentalidade é rica quando nos articulamos com os movimentos sociais e sindicais para arrematar forças, quando estamos orientados pelo nosso projeto profissional afirmando os princípios do Código de Ética, observando as atribuições e competências da Lei de regulamentação, honrando um determinado perfil profissional, explicitado nas diretrizes da formação profissional.

Pela instrumentalidade passam os valores e é através dela que os realizamos. Uma instrumentalidade rica só pode ser orientada pela racionalidade crítico-dialética e pelos valores civilizatórios e sociocêntricos.

É claro que uma instrumentalidade, para ser rica, necessita encontrar as condições objetivas para tal, tanto quanto necessita de um sujeito preparado, atento, com sólida formação intelectual, claras convicções políticas, sem esquecer que a dimensão político-profissional se faz com certezas, com princípios claros e firmes, com compromissos conscientemente assumidos e honrados. Digo condições objetivas, mas não penso que elas se realizam sem a clara intervenção organizada dos sujeitos históricos, da ação coletiva, do que depende seu preparo teórico e político.

Por fim, o leitor há de notar que não há alteração substantiva nesta edição revisada e ampliada²⁶ e os argumentos para isso permeiam e conformam esta apresentação. Mas há algo novo nesta edição que faz dela um momento de coroamento de um ciclo pessoal, profissional e acadêmico. Refiro-me ao novo prefácio elaborado pelo prof. dr. Evaldo Amaro Vieira, responsável

26. Além da apresentação, faço notar a revisão e ampliação que realizei nas referências bibliográficas.

por boa parte e pela parte boa da minha formação intelectual, na PUC de São Paulo, entre os anos de 1993 e 1998, e a nova quarta capa, elaborada pelo amigo e parceiro, prof. dr. Carlos Montañó, com quem venho tendo uma profícua interlocução desde a mesma época e a quem agradeço a leitura atenta que originou algumas mudanças na segunda edição revisada do livro, em 1999.

Mais uma vez, convido os leitores a trilharem comigo os caminhos do debate da instrumentalidade, 18 anos depois; antes, porém, é necessário o esforço de deixar de lado os preconceitos em torno do tema, aceitando a sua relevância e considerando a sua imperiosa necessidade. Só assim a instrumentalidade vai deixar de figurar entre os inúmeros temas “*mal ditos*” pela e na profissão e poderá ocupar o lugar de destaque que lhe cabe na formação e no exercício de uma profissão que, à diferença das ciências sociais,²⁷ tem na dimensão técnico-operativa a sua razão de ser.²⁸

Rio de Janeiro, dezembro de 2013

Yolanda Guerra

27. Andam dizendo por aí que estamos a fazer a sociologia (a moda agora é a antropologia) do Serviço Social.

28. Não é demais reconhecer que o debate da instrumentalidade fez sair do obscurantismo os temas relativos ao exercício profissional: instrumentos, técnicas, estratégias, táticas, relação teoria/prática, dimensões da profissão, imediaticidade, dentre outros, no Brasil e em alguns países da América Latina, a exemplo da obra *Aportes técnico-operativos a los procesos de intervención del trabajo social*, organizada por Oliva e Mallardi (Universidad Nacional del centro de la provincia de Buenos Aires/Tandil), 2011. Sem dúvida, no Brasil, sua maturidade teórico-acadêmica é comprovada pela variedade de estudos e pesquisas que vem fomentando e que pode ser conhecida, especialmente, pelos anais dos eventos da categoria. Sua maioridade é coroada com a obra *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*, coletânea publicada pela editora da UFJF, a qual, juntamente com Claudia Monica dos Santos e Sheila Backx, tive a oportunidade de organizar.

Apresentação à 2ª edição

A produção teórica, enquanto uma forma de objetivação do ser social, é sempre um produto coletivo, o qual, através de aproximações e revisões, vai ganhando contornos e configurações diferenciadas e conteúdos mais densos daquela originalmente produzida. Ela é também um instrumento de intervenção política.

Por esses traços particulares, as reflexões contidas neste livro tornaram mais frequentes nossas possibilidades de participação no debate do Serviço Social, de onde a oportunidade de incorporação de algumas críticas e sugestões dirigidas à temática. Mas isto é resultado do fato de que a discussão sobre *a instrumentalidade do Serviço Social*, inicialmente inserida nas universidades, por intermédio de seminários e cursos de pós-graduação, tem se constituído numa preocupação dos sujeitos profissionais que se inserem no espaço do qual ela emerge: *da prática institucional*.

Neste âmbito, o que hoje se configura é que tem havido a preocupação não apenas com o instrumental técnico ou a mera requisição por instrumentos legais, políticos, teóricos, analíticos, investigativos, avaliatórios e sistematizadores da prática profissional do assistente social, necessários, porém insuficientes. Os profissionais têm reconhecido a necessidade de compreender uma determinada racionalidade, para a qual a ruptura entre

meios e fins, instrumentos e resultados, valores e finalidades, é condição para a manutenção da reificação e da exploração típicas da sociedade burguesa. O debate suscitado por um tipo de racionalidade que se torna hegemônica no capitalismo, que privilegia ações instrumentais e subjaz às intervenções profissionais pragmáticas, repetitivas, modelares, tecnicistas, burocráticas, enfim, instrumentais ao capitalismo e indispensáveis à manutenção do projeto burguês, colocou-nos a necessidade tanto de clarificar esta categoria quanto de aprofundar o conhecimento dela em direção à sua lógica de constituição.

Nesta segunda edição, ainda que reconhecendo tal necessidade, mantivemos o essencial das formulações anteriores, realizando algumas alterações no texto original apenas no que se refere às categorias analíticas “racionalismo formal, racionalidade formal e racionalidade formal-abstrata”, visando ora dar uma unidade aos termos, ora fornecer algum esclarecimento de cunho categorial.

Em textos mais recentes temos enfrentado o desafio de adensar a discussão sobre a *racionalidade hegemônica do capitalismo*.¹ Para o leitor interessado na temática, as determinações da racionalidade formal-abstrata encontram-se mais desenvolvidas no artigo “A ontologia do ser social: bases para a formação profissional”, publicado na revista *Serviço Social & Sociedade* [Cortez, n. 54, 1997].

Rio de Janeiro, abril de 1999

Yolanda Guerra

1. A exemplo da minha tese de doutoramento, “A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo: uma análise de suas principais determinações”, defendida em setembro de 1998, na PUC-SP [original inédito].

Apresentação

A atividade social e o espírito social não existem apenas na forma de uma atividade diretamente comunitária e de um espírito imediatamente comunal. [...] mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica [...] sou social porque é enquanto homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade [...] que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social (Marx, 1975, p. 195).

O ensaio crítico de reflexão sobre a instrumentalidade do Serviço Social que se apresenta ao público¹ não se constitui apenas em termos teórico-filosóficos. Antes, essas reflexões são constituintes dos processos históricos da realidade social e têm como matéria-prima a profissionalidade do Serviço Social,

1. Este texto se constitui na dissertação de mestrado intitulada “Descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico — Condições e possibilidades da instrumentalidade do Serviço Social”, que apresentei ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP em julho de 1994. No seu conteúdo, o texto não sofreu alterações significativas. Na sua estrutura, optei por seguir a sugestão do professor José Paulo Netto (membro da banca examinadora) de acoplar o conteúdo que originalmente compunha o terceiro capítulo (“Rumo ao caminho de volta”) ao “Epílogo”. Aproveito esta nota para registrar o meu reconhecimento pelas contribuições que a professora Marilda Villela Iamamoto, na oportunidade, me concedeu.

profissionalidade esta cotidianamente construída, conduzida e reconstruída no movimento entre conservadorismo e renovação, que mobiliza a intervenção dos assistentes sociais.

Compreender a posição que a dimensão instrumental da intervenção profissional ocupa na prática do assistente social exigiu a adoção de referências teórico-metodológicas, procedimentos analíticos, categorias intelectivas que extrapolam o âmbito do Serviço Social, bem como das racionalidades subjacentes às formas de ser e pensar a profissão.

Neste sentido, a perspectiva de análise que orientou a abordagem da temática encontra seus fundamentos em uma ontologia do ser social pautada no trabalho, já que o *trabalho*, enquanto objetivação fundante do ser social, *contém em si determinações materiais e ideais*, as quais *incorporam não apenas o fazer, mas o porquê, o para que e o quando fazer*, ou seja, a intencionalidade das ações humanas.

Ao adotar a categoria *práxis* na análise da instrumentalidade do Serviço Social, vê-se que ela se coloca como campo privilegiado no qual as articulações, os nexos, as contradições entre instrumentalidade e racionalidade, teorias e práticas se movimentam. Mais ainda, a *práxis* tem na atividade seu traço vital: a instrumentalidade coloca-se à *práxis* como conduto de passagem, ao mesmo tempo que a *práxis* produz, porta e expressa uma determinada racionalidade, já que o pensamento encontra-se substantiva e organicamente vocacionado para a ação.

Por isso mesmo, a direção deste estudo pôs de manifesto a compreensão de que, *não obstante as requisições profissionais por “novos” instrumentos operativos, a profissão carece de uma racionalidade, como fundamento e expressão das teorias e práticas que seja capaz de iluminar as finalidades, a partir das quais o aparato técnico-operativo é mobilizado.*

Mas esta apreensão não se derivou do acaso. Ela é fruto de um processo de intervenção profissional, que culminou com a

possibilidade objetiva de realizar uma análise científica na qual a intervenção profissional se colocasse no cerne das minhas preocupações, e do recurso heurístico adotado: o referencial teórico-metodológico marxiano e as interpretações lukacsianas.

A análise da relação entre a instrumentalidade do Serviço Social e as racionalidades a ela subjacentes, ambas construídas no campo de forças no qual a profissão se movimenta — tomadas como determinações diferenciadas de um mesmo processo —, conduziu a apreensão das singularidades do Serviço Social no marco das expressões universais da sociedade capitalista consolidada.

Concordando com Lukács que a singularidade “é rica de determinações quando ela é o anel conclusivo de uma cadeia de conhecimentos que leva, das leis descobertas da universalidade concreta à singularidade como fim do processo do pensamento” (Lukács, 1968, p. 98), o caminho perseguido buscou apanhar na tessitura, no movimento, na historicidade da razão moderna, suas expressões e transfigurações na racionalidade formal da ordem capitalista e, nas raízes desta ordem, suas formas de manifestação nas práticas profissionais, sobretudo na intervenção profissional do assistente social. Ao me defrontar com questões, impasses e polêmicas que transcendem o universo da profissão, a abordagem teórico-filosófica das contribuições daqueles que forjaram as principais categorias da razão moderna colocou-se como imperativo.

Por isso mesmo, o primeiro capítulo, “Razão e modernidade”, compõe-se da sistematização da categoria racionalidade à luz das matrizes fundantes da razão moderna, quais sejam, o sistema ético-filosófico kantiano e a filosofia especulativa de Hegel; incorpora referências à estrutura inclusiva da razão dialética e ao seu contraponto expresso no racionalismo formal-abstrato, reflexões estas que me colocaram diante da pretensão do racionalismo burguês moderno de ser a única e última forma de explicação e organização da sociedade.

Ao negar a tradição ontológica da filosofia clássica, ao equalizar a compreensão entre natureza e sociedade, ao se limitar ao conhecimento da aparência imediata, o racionalismo formal acaba por transladar procedimentos do método lógico-experimental para a análise da sociedade, o que lhe permite estabelecer tanto modelos de explicação quanto programáticas de intervenção sobre a realidade social, para a qual oferece um conjunto de procedimentos manipulatórios e instrumentais. Tais modelos de explicação, ao coincidirem com as evidências imediatamente colocadas pela positividade dos fatos no capitalismo, passam a se constituir no conteúdo das requisições dos sujeitos que se propõem a compreender a sociedade.

Pensar a legitimidade ou não da utilização de paradigmas no conhecimento e modos de intervir na realidade social exigiu-me recuperar os supostos que sustentam a análise ontológica do ser social e as implicações teóricas e políticas daí decorrentes, bem como questionar a pretensão paradigmática das teorias da tradição sociológica em se constituir no modelo de representação, no plano ideal, do ser social burguês.

Fazer a crítica da racionalidade formal remeteu-me à discussão sobre o princípio da causalidade e suas derivações: as relações necessárias que se estabelecem, a objetividade dos processos sociais, a positividade que reveste os fatos e fenômenos no capitalismo. Mais ainda, as contradições que se articulam e gestam seus contrapontos, as articulações que convertem um fenômeno em outro e os transformam, as possibilidades de superação.

Se humanismo, historicismo e razão dialética, enquanto elementos constitutivos da razão moderna, fundam e expressam uma racionalidade que incorpora causalidade e teleologia, esses mesmos traços tornam-se objeto de questionamento. A barbárie instaurada na sociedade capitalista madura permite que se coloque em dúvida as possibilidades da razão objetiva em refugurar a realidade. A suposta falência das teorias macroestruturais

põe em risco tanto a racionalidade contida no sistema capitalista quanto aquela configurada no socialismo real. Na sequência, sanciona-se a adoção de teorias sociais que valorizam o microscópico, o fragmento, que transformam a realidade em um simulacro. Embora reconhecendo a ponderabilidade que as correntes irracionais vêm adquirindo na contemporaneidade, tendo a considerar que a relação entre racionalismo formal e irracionalismo transcende largamente a clássica polarização que põe a fratura ontológica entre racionalidade formal e irracionalidade.

O segundo capítulo, “Racionalidade do capitalismo e Serviço Social”, centra-se nos mecanismos de produção e reprodução ideológica do capitalismo, dentre eles a racionalidade manifesta nos modos de existência e consciência dos homens, suas expressões nas instituições sociais, jurídico-políticas e econômicas e nas práticas profissionais, privilegiando as racionalidades que se gestam e se refletem nas teorias e práticas dos assistentes sociais brasileiros na década de 1980.

A recuperação da teoria do valor-trabalho de Marx, cujos supostos remetem a uma ontologia do ser social que se constitui como ser prático-crítico que projeta, opera, realiza e transforma a natureza e a si mesmo, permitiu-me demonstrar a tendência da ordem capitalista em metamorfosear o processo de trabalho num conjunto de ações repetitivas, padronizadas, fragmentadas, na qual os produtos do trabalho social coletivo perdem a chancela do seu produtor.

Os processos de alienação que pauperizam as objetivações pelas quais o ser social burguês se explicita enquanto tal, tornando-as autônomas perante o sujeito, conduziram-me a analisar o caráter fetichista de um determinado *modo de ser e de pensar cristalizado na forma*, que não apenas subsume as possibilidades emancipadoras do trabalho, como, ainda, naturaliza, eterniza e adere-se as relações sociais do capitalismo.

Da relação dialética entre continuidades e rupturas, das inflexões que mobilizam a “lógica” racionalista do pensamento

burguês moderno, irradiaram-se as possibilidades de compreensão das particularidades históricas do Serviço Social — entendidas como campo de mediações, com dimensões e níveis de complexidade diferenciados, que se articulam na totalidade da vida social —, o que me levou a analisar tanto as dimensões materiais constitutivas e constituintes da profissão quanto as expressões teóricas e ideológicas predominantes no Serviço Social.

Nesta linha de reflexão, a análise da instrumentalidade do Serviço Social, tomada tanto do ponto de vista das particularidades históricas da ordem burguesa quanto informada por concepções teóricas e visões de mundo diversas, evidenciou-me a necessidade de ponderar sobre as racionalidades subjacentes às formas de ser e pensar o Serviço Social, racionalidades estas entendidas como expressão das formas de pensamento e ação, histórica e culturalmente compartilhadas pelos assistentes sociais.

Aqui, a direção adotada foi a de captar os mecanismos de reificação e as contradições que se instalam nas formas de ser e pensar a profissão.

Os sistemas de mediações com os quais me defrontei nas análises exigiram que eu compreendesse o Serviço Social no interior da divisão social e técnica do trabalho, percebesse a ponderação que o desenvolvimento das forças produtivas exerce sobre a funcionalidade da profissão e recuperasse as políticas sociais, não apenas enquanto espaço de inserção do assistente social, mas, sobretudo, enquanto determinação, ordenamento, prescrição das formas de intervenção profissional.

As reflexões sobre as condições materiais de inserção da profissão na ordem capitalista constituída permitiu-me compreender que a *instrumentalidade do Serviço Social*, pela qual a profissão consolida a sua natureza e articula as dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional, *é capaz de possibilitar tanto que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos*

e práticas sociais quanto que esta compreensão se objective em ações competentes técnica e politicamente. Mais ainda, que as racionalidades que fundam e expressam as ações dos sujeitos constituem-se em eixo articulador e conduto de passagem das teorias às práticas. Quando a análise remete a instrumentalidade do Serviço Social para o interior das relações sociais da sociedade capitalista, a dimensão política da profissão se explicita e a racionalidade positivista que reveste a instrumentalidade da profissão “se desmancha no ar”.

Neste âmbito, as sínteses aqui apresentadas constituem-se em um esforço, até então isolado, de contribuição teórica no intuito de ampliar a compreensão crítica do movimento vivenciado pela profissão, do qual sou sujeito ativo, e das tendências que se põem no Serviço Social na atualidade.

A perspectiva de descortinar, desvelar, ultrapassar os limites do racionalismo formal, expor seus fetiches e quiçá somar-se às forças propulsoras do processo de ruptura com o conservadorismo que alimenta a sociedade burguesa expressa-se nas sínteses alcançadas neste estudo.

Assim expostas suas pretensões, fico desonerada das frequentes e tradicionais requisições de grande parte da categoria profissional por respostas predeterminadas, por modelos de intervenção, por novos instrumentos e técnicas de atuação. Ao contrário, o núcleo essencial dessas reflexões localiza-se na perspectiva de demonstrar que a tendência na busca de modelos formais de atuação é insólita ao universo teórico-metodológico marxiano.

Embora correndo o risco de ver equalizados rigor teórico com hermetismo, optei por manter o estilo literário, as citações e as referências constantes do original. Entendo que o que confere a este estudo a possibilidade de intervenção consciente e objetiva no debate da profissão, de ultrapassar os limites do racionalismo formal, encontra-se vinculado ao reconhecimento tanto do caráter parcial, polêmico e limitado dos seus resultados

quanto das suas possibilidades de crítica, revisão e incorporação de novas categorias reflexivas.

Finalmente, o meu reconhecimento àqueles que vêm participando do meu processo de amadurecimento intelectual: *aos amigos e companheiros* de mestrado e de vida, por compreender que a liberdade implica estabelecer um espaço para as diferenças; ao meu dileto e sempre professor *Zé Paulo*, por não dimensionar a importância decisiva que exerceu no meu processo de maturação pessoal e intelectual; à *Maria Lúcia Martinelli*, orientadora e amiga que muito tem me ensinado com sua prática “desejante”; a *José Xavier Cortez*, exemplo do caráter e do carisma do cidadão nordestino, pelo estímulo para a publicação deste trabalho.

Introdução

1. Horizonte sociocultural e ideoteórico do qual dimana a problemática

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediatez são postas à luz (Lukács, 1968a, p. 106).

As discussões que tomam por objeto o *como fazer* da profissão revestem-se sempre de atualidade causando, à primeira vista, a impressão de que há algo de “novo” sendo vislumbrado no horizonte do Serviço Social. O impacto que a retomada da questão inúmeras vezes causa nos profissionais, a nosso ver, tem sido sustentado por dois tipos de situações.

Um passeio pela bibliografia que trata do Serviço Social evidencia ausências e insuficiências na *abordagem sistemática* das questões que permeiam a intervenção profissional do assistente social. Em que pesem as diversas comunicações e publicações que observam (e até denunciam) as lacunas que envolvem a intervenção profissional, o tratamento dessa questão ainda en-

contra-se muito aquém das necessidades que se projetam neste âmbito. Esse abandono *no que tange à literatura*, que vem a ser um dos elementos definidores dessa questão como “nova”, não tem correspondência direta com a prática profissional, já que para dar materialidade às suas ações o assistente social utiliza-se de um arsenal de conhecimentos, informações, técnicas, habilidades — nem sempre perceptível aos sujeitos — que vão se modernizando no processo. Assim, os “modos de aparecer” do Serviço Social, manifestados no “fazer” dos profissionais, são redefinidos ao longo do processo histórico da profissão, processo este complexo e contraditório, gestado no confronto das classes sociais que a intervenção profissional polariza. É isto que, no nosso entendimento, atribui a dimensão do “novo” à intervenção profissional: o processo de renovação vivenciado pelo Serviço Social, a partir da década de 1960, caracterizado pela presença de novas forças no seu interior como determinação particular de um processo mais amplo, que se constitui na intersecção de forças sociopolíticas, econômicas e culturais “de novo tipo” que figuram no cenário nacional, coloca à intervenção dos assistentes sociais *demandas e requisições* sobre as quais nosso conhecimento teórico não alcançou suficientemente seu núcleo racional. Esse processo — cujo marco, no Brasil, é conhecido como movimento de reconceituação —, em razão de se constituir no momento em que as contradições dos processos sócio-históricos iluminam os antagonismos presentes na categoria, trazendo à tona as divergências teórico-ideológicas iman-tadas no seu interior, convoca os profissionais a refletirem sobre os fundamentos teóricos, princípios e postulados do Serviço Social. Mas, mais do que isso, o que se coloca de maneira decisiva a partir deste momento histórico é que, como decorrência do debate que se instala na categoria, novas perspectivas se apresentam à compreensão do significado sócio-histórico da profissão, da questão social, escopo da intervenção do assistente social, dos modos de realizar a prática profissional, enfim, dos

sujeitos envolvidos no processo de intervenção profissional, resultante da inserção de um novo interlocutor do Serviço Social: *as particularidades sociopolíticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro*.

Decorridos quase trinta anos do momento de deflagração desse *movimento*, marcado por avanços e retrocessos, continuidades e rupturas, as críticas lhe são recorrentes.¹ De uma parte, considera-se que a reconceituação negou o passado histórico da profissão, no momento em que subestimou a necessidade de reflexão sobre a intervenção em relação à teoria. O que aqui se coloca é que, sendo o Serviço Social uma profissão eminentemente interventiva, acabou por desenvolver formas de realizar a prática pelas quais se tornou conhecida e reconhecida socialmente. Essas ações referenciavam-se teoricamente a construções que, ao serem tomadas de ciências sociais particulares (Psicologia, Direito, Administração, Sociologia), eram transformadas em técnicas e aplicadas às situações imediatas. Assim, temos para o Serviço Social a “*teoria de resultados*”, cujo valor residia em fornecer respostas à intervenção profissional. Com a aproximação dos profissionais às teorias macroscópicas, especialmente de tradição marxista, as preocupações transcenderam o universo da prática profissional e firmaram-se sobre a estrutura, a conjuntura e os contextos nos quais a intervenção se realizava. Esta *alteração no eixo de análise sobre a prática profissional* foi, e continua sendo, acusada de provocar, para alguns, uma lacuna, para outros, a dicotomia, ou, ainda, uma defasagem entre as elaborações teórico-metodológicas e a intervenção profissional. De outra parte, a crítica recai no afastamento das práticas institucionais, operado pelos profissionais no momento em que, movidos “por uma visão mágica da transformação social” (Iamamoto, 1991, p. 63), um segmento significativo da categoria

1. O que, a nosso ver, sinaliza, de um lado, o reconhecimento da profissão sobre a importância do movimento de reconceituação, e, de outro, o seu amadurecimento quanto a compreender o Serviço Social em permanente processo de (re)construção.

profissional invade os movimentos populares em busca de alternativas ao conservadorismo das práticas tradicionais, como decorrência da aproximação entre profissionais e uma determinada vertente da tradição marxista vulgar.² O que aqui se manifesta nitidamente é o equívoco na identificação entre prática profissional e militância político-partidária.

Na intersecção dessas e de outras críticas ao movimento de reconceitualização gestam-se algumas posturas, dentre as quais duas são consideradas emblemáticas. A primeira, caracterizada por um saudosismo incontestado, que vê nos modelos de ação gestados no passado a garantia de homogeneidade nas ações profissionais e com ela as possibilidades do entendimento sobre “o que é e o que faz o Serviço Social”, derivando-se daí o reconhecimento social da profissão. Esta recorrência que alguns profissionais fazem ao passado é a manifestação mais evidente da permanência do conservadorismo na profissão. A segunda nega qualquer contribuição que possa advir do nosso passado profissional, por entendê-lo “ideologicamente comprometido com o ponto de vista das classes dominantes”.

Entendemos que ambos os posicionamentos são radicais, dogmáticos e maniqueístas. Não resta dúvida de que a profissão carece de um acerto de contas com o seu passado, não no sentido de promover a ruptura com todas as concepções anteriores, tampouco para acatar ingenuamente suas recomendações, mas para dimensionar adequadamente suas contribuições. Quanto às perspectivas futuras, cabe ao presente apenas iluminá-las (o que não é pouco), apontar as tendências do seu desenvolvimento, já que cada período histórico possui suas próprias leis.³

2. Esta aproximação problemática entre assistentes sociais e as vertentes althusseriana e maoísta, ou por meio de fontes secundárias, é objeto de discussão de vários autores. Entre eles: Iamamoto e Carvalho, 1986; Netto, 1991a e 1989b; Quiroga, 1991.

3. E como afirmava Hegel, a coruja de Minerva levanta voo ao entardecer (cf. Hegel, in Lukács, 1989, p. 73) ou Marx, “o conhecimento é sempre *post-testum*” (Marx, 1985a, p. 73).

Porém, as “angústias” presentes no meio profissional têm se nutrido de outros fundamentos para explicar o caráter “inusitado” que permeia o processo de intervenção profissional. Há quase um consenso estabelecido na categoria de que a “evolução”⁴ da profissão pós-reconceituação fecundou em um *único sentido*: o do aprofundamento teórico-metodológico em detrimento da prática profissional, o que sugere haver uma dicotomia entre teoria e prática, originada pelos “acertos teóricos”(?) em detrimento das reflexões sobre a prática profissional e, o que é ainda mais grave, pressupõe que a retomada da questão deva assumir a direção inversa: da prática à teoria.

Essa “mitificação do como fazer profissional”, que desde a década de 1970 tem se constituído num dos dilemas intelectuais da profissão, tem como base de sustentação uma concepção de Serviço Social como disciplina de aplicação de conhecimentos ou tecnologia social, de forte cariz racionalista. É esta ideologia racionalista que na década de 1930, sob o patrocínio do Estado, passa a conduzir grande parte das práticas profissionais.⁵ A este componente combina-se uma maneira peculiar de conceber teoria e prática e, sobretudo, de atribuir determinado estatuto às construções teóricas para o Serviço Social.

No que tange ao reconhecimento da teoria para o Serviço Social há, basicamente, três tendências no interior da profissão, que se manifestam de maneira híbrida. Para os profissionais que têm a prática como o fundamento de determinação das suas

4. Aqui, a utilização da palavra evolução vincula-se e representa uma determinada corrente do pensamento contemporâneo — o pensamento conservador — que sustenta grande parte da bibliografia profissional, em contraposição à concepção que pensa a prática profissional como construção, processo em movimento. A esse respeito: Netto, 1991a; Yamamoto e Carvalho, 1986 e 1992 e Martinelli, 1989.

5. Antonacci, em rigoroso estudo sobre o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) e a sociedade paulista, observa que: “o Idort contribuiu para a formação de uma tecnologia industrial, composta por engenheiros, administradores, contadores, médicos, higienistas, sociólogos, psicólogos, educadores, assistentes sociais etc.”, mas sobretudo que “atuou na constituição de uma tecnologia nacional” (1993, p. 268).

ações, as teorias não passam de construções abstratas, já que se situam secundariamente diante da prática, cabendo a esta, em última instância, fornecer indicativos sobre os instrumentos operativos capazes de possibilitar uma ação efetiva nas situações concretas. Aqui, a repetibilidade da prática autoriza a formulação de procedimentos, válidos para situações análogas, que são transformados em modelos de intervenção. Para aqueles que consideram que as construções teóricas são determinantes da prática, a opção do profissional por uma teoria passa a se constituir na sua “camisa de força”, uma vez que esta aparece como a expressão mais formalizada e completa da realidade, dela exigindo respostas e instrumentos capazes de colocar a “teoria em ação”. O valor da teoria, neste caso, consiste em construir um quadro explicativo do objeto que contemple um conjunto de técnicas e instrumentos de valor operacional. No primeiro caso, o reconhecimento das possibilidades das teorias se dá, apenas, em nível do discurso profissional, pois o processo mesmo de construção teórica a nega; no segundo, suas possibilidades localizam-se nas respostas produzidas pelo confronto entre os modelos teóricos e a realidade. Aqui, se a prática não corresponde aos modelos de ação profissional, há que ser modificada. A terceira tendência a que os profissionais encontram-se referidos reconhece as teorias como processos de reconstrução da realidade, vinculadas a projetos determinados de sociedade, a visões de homem e mundo, ante os quais o profissional assume uma posição, e a determinados métodos de conhecimento e análise da sociedade. Embora dimensione-as coerentemente, também reclama a ausência de indicativos teórico-práticos que possibilitem romper com o ranço conservador que acompanha a trajetória da profissão.

O que há de comum entre essas tendências é que, nos três casos citados, a discussão versa sobre as possibilidades e limites das *teorias* em fornecer subsídios às práticas profissionais, em permitir a passagem das construções teóricas à intervenção, já

que lhe é atribuída a *função* de mediação, o que, em última instância, sugere que as elaborações teóricas para o Serviço Social possuem valor instrumental ou, ainda, que o ponto para o qual convergem as preocupações que permeiam a intervenção profissional localiza-se nos meios ou instrumentos capazes de proporcionar a operacionalização das ações, entre eles, as teorias.⁶

Não se pretende negar que há um descompasso entre as análises e reflexões macroscópicas e aquelas referentes à intervenção profissional em si. Porém, entendemos que esta mudança de eixo nas discussões colocava-se, de um lado, como uma necessidade para a profissão e, de outro, que não cabe a ela a responsabilidade última dessa defasagem. Tampouco, como já argumentamos, essa lacuna é provocada pelas insuficientes alusões ao instrumental técnico.

No momento atual, a exigência de criação de “novos” instrumentos de ação profissional, como de “recriação” dos tradicionalmente utilizados pelo assistente social, tem se manifestado tanto nos eventos representativos da categoria,⁷ como no interior da academia.⁸ Com base nessas preocupações há, a partir de meados da década de 1980, uma retomada das discussões acerca

6. Com isso não pretendemos objetar as possibilidades de se construir um saber sobre a nossa intervenção profissional ou de avançarmos no conhecimento sobre a realidade social, porém entendemos que o conhecimento não advém das práticas profissionais, mas da reflexão sobre elas.

7. Conforme estudo recentemente realizado por Sandra R. de A. P. Campagnoli e registrado na dissertação de mestrado sob o título “Desvendando uma relação complexa: o serviço social e seu instrumental técnico”, apresentado à PUC-SP em 29/7/1993.

8. *Vide* resultados da pesquisa coordenada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, expostos no *Caderno Abess* n. 3. Dentre os diversos resultados que constata as indefinições sobre o instrumental técnico de que o assistente social dispõe para sua intervenção, consideramos emblemática a seguinte colocação: “No ensino da metodologia tradicional havia uma preocupação em se ter um domínio das técnicas de abordagem ligadas aos processos de Caso, Grupo e Comunidade. Entretanto, o ensino desse instrumental era desvinculado de uma proposta que lhe desse uma direção. No novo currículo, o ensino da metodologia parece não aprofundar o significado do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, deixando de

do instrumental técnico-operativo.⁹ Ainda que manifestada, muitas vezes, de maneira fluida e apartada dos vieses metodologistas que perpassam a profissão, a requisição por instrumentos e técnicas vem persistindo no meio profissional.

Não se trata de reeditar novas fórmulas para atendimento individual, grupal ou comunitário; tampouco de reforçar o equívoco de que há instrumentos diferentes para cada um dos “processos” tradicionais do Serviço Social, substituídos, neste momento, pelas denominações de funcionalismo, fenomenologia e materialismo histórico. Trata-se — e isto se constitui em consenso resultante do amadurecimento teórico da categoria profissional — de atribuir uma nova qualidade à intervenção; de recuperar o crédito historicamente depositado na profissão, tanto pelos usuários dos seus serviços quanto pelo segmento da classe que a contrata; de reconhecer a natureza das demandas, os modos de vida dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, enfim, de deter uma competência técnica e intelectual e manter o compromisso político com a classe trabalhadora.

O que essas discussões sugerem, como já sinalizamos, é que se a perspectiva de “intenção de ruptura”,¹⁰ enquanto uma tendência que exerce ponderação sobre a categoria profissional, coloca-se como um avanço no sentido de romper com os paradigmas teórico-metodológicos da tradição positivista, o mesmo não ocorre com relação à intervenção. Esta continua tendo, por um lado, a marca do pragmatismo e, por outro, do reformismo conservador (cf. Netto, 1991a, p. 159). Utilizando as palavras de Netto, há “um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos práticos profissionais para consumá-la” (1991a, p. 161).

lado o estudo de todo o instrumental pertinente aos respectivos processos” (*Cadernos Abess*, p. 87, 1989).

9. A pesquisa referida na nota 7 demonstra esta assertiva.

10. Tendência significativa na profissão, em que pese sua heterogeneidade dada pela presença de diversas vertentes do marxismo no seu interior (cf. Netto, 1991a).

Esses dados permitem-nos considerar que a referencialidade do assistente social ao instrumental técnico enquanto inibidor ou potencializador da intervenção, embora reconhecida pela grande maioria dos profissionais, é equivocada.

Nossa argumentação obedece a duas ordens de razões que se relacionam entre si. A primeira refere-se às condições objetivas nas quais a intervenção profissional se realiza; a segunda é relativa à proposta teórico-metodológica marxiana, que se coloca como o substrato da perspectiva de “intenção de ruptura”. No primeiro nível temos que a operacionalização de qualquer proposta passa pela existência de condições objetivas, determinadas pelas relações de causalidade entre os processos que, dinâmica e contraditoriamente, movimentam os fenômenos postos na realidade. Não fosse por outras razões, o movimento que dimana a institucionalização da profissão, a forma pela qual sua inserção na divisão social e técnica do trabalho se realiza, a fluidez posta nas definições sobre sua natureza e atribuições operacionais já se colocariam como problemáticas suficientes para engendrarem constrangimentos à intervenção profissional e, conseqüentemente, constituírem-se em campo de investigação. Porém, há mais: sabe-se que as condições nas quais a intervenção profissional se processa são as mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigência pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentado, casuístico, paliativo. Desse modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem *apenas* da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção.¹¹ A própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produz

11. Será que podemos, agora, deixar uma parte das nossas “angústias” de lado?

e a sustentam, constrange qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutre. Porém, as atividades dos indivíduos são teleológicas¹² e por isso o “fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes *modificador* e, por vezes, até mesmo decisivo” (Lukács, 1978, p. 11) e neste sentido compete-nos atuar em direção do estabelecimento das condições materiais necessárias a uma intervenção profissional que supere a prática burocratizada, imediatista, reformista. Neste âmbito, a necessidade de reconhecer as estratégias e táticas políticas de ação secundariza a preocupação com o instrumental técnico.¹³

O segundo ponto que sustenta nossa argumentação coloca em questão a proposta teórico-metodológica marxiana. Sabemos que Marx preocupa-se com a lógica que movimenta um objeto determinado: a ordem burguesa. A teoria marxiana consiste em (re)produzir, ao nível do pensamento, o movimento real do objeto, mas jamais a realidade, uma vez que esta é muito mais rica e plena de determinações (uma totalidade inacabada, um vir-a-ser) que as possibilidades da razão em apanhá-la. Mas a razão, já em Hegel, é astuciosa e segue a prática a todo momento, guia-a, analisa suas transformações, formula conceitos de acordo com elas, enfim “se converte em força da História” (Gorender, in Marx e Engels, 1989, p. xxxiii), o que pressupõe uma embricação necessária entre teoria, prática e método,¹⁴ uma vez que este “objetiva reproduzir conceitualmente o real na totalidade inacabada dos seus elementos e processos” (Idem, p. xxxii).

12. O caráter teleológico do trabalho humano reside no fato de que o homem projeta-se finalidades a partir de *possibilidades* e não apenas das carências (necessidades que conduzem a uma ação).

13. Compartilhamos com Lukács de que, para se efetivar a posição teleológica desejada, há que se ter certo conhecimento sobre as finalidades e seus meios de realização (cf. Lukács, 1978, p. 9-10).

14. Há que ressaltar que a unidade entre teoria, história e método não se confunde com identidade.

A história, entendida como acumulação de forças produtivas, fornece o material para a análise da razão. As categorias extraídas da história são remetidas a ela; a razão se historiciza e a história se racionaliza. Portanto, a teoria não se confunde com um método; ela *ilumina* as estruturas dos processos sociais, as determinações contraditórias dos processos que constituem os fenômenos, dissolve a objetividade dos fatos pela sua negação, mas não oferece, nem se propõe a isto, os meios ou instrumentos profissionais de ação imediata sobre os fenômenos. Do mesmo modo, a concepção de *método* enquanto *direção analítica*¹⁵ difere em muito daquela que toma o método como um conjunto de procedimentos ou como meio de aplicação imediata do conhecimento. Entre o conhecimento e ação há *mediações* de diferentes naturezas, sobretudo, *determinações objetivas da realidade* e *subjetivas dos sujeitos* que, embora desveladas pelo método, não são por ele solucionadas. Exigir das formulações marxianas respostas a um nível de intervenção na realidade, referente a um ramo de especialização da divisão social e técnica do trabalho, é transformá-las numa técnica social ou, no limite, enquadrá-las na lógica formal.

Com essas observações não pretendemos adiar ou afastar, mais uma vez, as discussões acerca do instrumental técnico, sequer negar a importância da discussão e equacionamento desta questão para a profissão.¹⁶ O que pretendemos demonstrar é que grande parte dos problemas apontados pelos profissionais como provocados pela ausência de sistematização do instrumental técnico não se localiza nele.

15. Sobre o caminho percorrido pelo método, Lukács assim se coloca: “Tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas” (in Kofler et al., 1969, p. 13).

16. Evitando incorrer no mesmo equívoco do qual o Serviço Social é culpabilizado: “de ter jogado a criança junto com a água que a banhava”.

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua *instrumentalidade*, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível “mediato” as nossas ações profissionais produzem.

Ainda neste nível — do mediato — entendemos que as requisições dos profissionais vislumbram *uma modalidade de razão* que permita atuar com as dificuldades, limitações e constrangimentos colocados pelas situações objetivas sob as quais a intervenção profissional se realiza; que possibilite operar com os dados coletados na intervenção profissional, transformá-los em conhecimento sobre a população atendida e revertê-los em conteúdo dos projetos sem que, contudo, o profissional tenha que capitular diante do pensamento conservador e reformista. É atuar sobre as limitações, com uma *modalidade de razão que mantenha seu foco voltado às finalidades* e não apenas para as dificuldades; e ainda, que ao se defrontar com elas possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade.¹⁷ Assim, o método converte-se em *projeto* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas da realidade.¹⁸

Esta é a perspectiva que pode reavaliar o passado da profissão e ao mesmo tempo operar a ruptura com o seu cariz conservador, modernizante ou tradicional. Deste modo, todo o

17. Como diz Martinelli, citando Thiago de Mello, “quem sabe o que está buscando e onde quer chegar, encontra os caminhos certos e o leito de caminhar” (Mello, in Martinelli, 1994, p. 61).

18. Nisto consiste em Hegel a astúcia da razão. Ela mobiliza os meios de trabalho, no sentido de fazê-los agir sobre as condições dadas. Porém, entendemos que a razão não se coloca como fim em si mesma, tal como em Hegel. É na *práxis*, enquanto atividade prático-crítica, que os homens realizam as suas finalidades, mediados por procedimentos da razão.

avanço que se possa observar ou alcançar na profissão, no que concerne à sua compreensão teórica, ainda é insuficiente em face da complexidade das determinações e a dinâmica das contradições constituintes, constitutivas e constituídas dos fenômenos sociais com os quais o assistente social se confronta.

Ainda nesta linha de argumentação, cai por terra qualquer entendimento de que o avanço no conhecimento sobre o Serviço Social é responsável pela dicotomia entre teoria e prática. Se esta fragmentação existe ou persiste na profissão, isto se atribui mais a equívocos na forma de conceber a teoria, a uma aproximação ainda defeituosa entre Serviço Social e teoria marxiana, do que a insuficiências desta proposta teórico-metodológica.

Estas colocações não são arbitrárias. São fruto de um processo de maturação intelectual e profissional, da recorrência a fontes bibliográficas originais, de contatos com publicações externas ao Serviço Social e, sobretudo, da minha busca em compreender, o mais fielmente possível, a gênese, o desenvolvimento, as articulações, as conversões, enfim, o movimento de constituição da *instrumentalidade do Serviço Social*.

2. O posicionamento do objeto

A reflexão que busca extrair dos processos sociais suas determinações concretas, seu caráter ontológico, considera que os processos sociais possuem uma racionalidade objetiva; um núcleo fundante por meio do qual torna-se possível à *razão* apreender tanto sua legalidade tendencial¹⁹ quanto suas possibilidades internas. Assim, há uma causalidade posta na

19. Em Lukács, o entendimento sobre o caráter tendencial das leis refere-se à forma necessária pela qual estas afirmam-se na totalidade do ser social, como determinações do movimento contraditório entre complexos reais, mediados por

realidade que obedece ao movimento do universo material, regido pelo princípio da substancialidade,²⁰ ou seja, pela relação de continuidade e ruptura entre matéria e movimento, produzindo e reproduzindo a história.

Entendida desse ponto de vista, a historicidade dos processos sociais é construída no movimento do ser, pela produção de condições necessárias que garantem uma regularidade relativa aos fenômenos e práticas sociais. A unidade dialética entre lei e fato é o que dá inteligibilidade à realidade. Dito de outra forma: os processos sociais possuem um núcleo inteligível que se manifesta de forma dinâmica, dado ao movimento interno que os constitui. Deste modo, são compreensíveis à razão que os apreende e os reconstrói. É a regularidade dos fenômenos, processos e práticas sociais e sua historicidade que os tornam compreensíveis, permitindo à razão apreendê-los nas suas manifestações dinâmicas.

Enquanto prática profissional historicamente produzida pela divisão social e técnica do trabalho, de um lado, e pela intervenção profissional de seus agentes, de outro,²¹ o Serviço

outros (cf. Lukács, 1979, p. 99). Este conjunto de tendências expressa os *modos* da dinâmica dos processos sociais.

20. A relação de substancialidade, constituída, constitutiva e constituinte da relação entre matéria e movimento (em Aristóteles, ato e potência), significa *aquilo que permanece na mudança*. Esta necessária continuidade ou permanência de aspectos singulares dos fenômenos na constituição da universalidade, obedece ao princípio da contradição, que o persistente [essência ou substância] é entendido como aquilo que continua a manter, a se explicar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata em uma persistência concreta no interior do devir" (Lukács, 1979a, p. 78).

21. Há que se dimensionar adequadamente a relação entre as condições causais, posta pela legalidade e historicidade dos fenômenos, e a posição teleológica dos agentes que realizam uma prática consciente, neste caso, os assistentes sociais. Em Lukács temos que: "O processo global da sociedade é um processo causal, que possui sua própria normatividade, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades" (1978, p. 10). Neste sentido, o resultado pode aparecer

Social possui diversas racionalidades. Este núcleo inteligível,²² construído na fricção entre as condições objetivas sobre as quais a ação do assistente social incide e a posição teleológica de seus agentes, materializa-se em ações profissionais.

Há, pois, uma razão de ser no Serviço Social,²³ estreitamente vinculada tanto às condições que gestaram sua institucionalização como àquelas por meio das quais a profissão é reconhecida e requisitada. Mas há uma razão de conhecer o Serviço Social, entendida como uma postura sistemática e coerente de compreensão racional da profissão. Ambas, razão de ser e razão de conhecer, constituem-se polos de uma mesma configuração.²⁴ Assim compreendida, a razão de conhecer o Serviço Social ultrapassa os limites históricos dados, tanto pela sua forma de aparecer quanto pela funcionalidade que lhe é atribuída na divisão social e técnica do trabalho.

Como afirmamos anteriormente, o Serviço Social não porta um único padrão de racionalidade.²⁵ Antes, as racionalidades

como algo diverso da intenção dos sujeitos, dado que: “Todo evento social decorre de posições individuais; mas, em si, é de caráter puramente causal” (Idem, *ibidem*).

22. Recusa-se, de partida, qualquer alusão quanto à impossibilidade de se compreender o Serviço Social, afirmação esta difundida tanto por um número significativo de profissionais quanto por acadêmicos dos cursos de Serviço Social. No nosso entendimento, esta indefinição localiza-se na natureza das demandas geradas no confronto das classes sociais antagonicas que passa a se constituir nas requisições institucionais que historicamente convocam a profissão, atribuindo-lhe um caráter difuso que passa como incognoscível.

23. Iamamoto, ao analisar o processo de institucionalização da profissão, assim coloca: “Sua razão de ser é dada pela contribuição que possa oferecer, à medida que se encontram vinculadas a estruturas de poder, a criação de condições político-ideológicas favoráveis à manutenção das relações sociais, configurando-as como harmônicas, naturais, destituídas das tensões que lhe são inerentes” (Iamamoto e Carvalho, 1986, p. 87).

24. Esta forma de compreender o Serviço Social encontra suporte em uma modalidade “inclusiva” de razão.

25. A ausência deste entendimento conduz ao equívoco de se atribuir exclusividade do “paradigma” da racionalidade formal na configuração da ordem

que convivem histórica e contraditoriamente no interior da profissão e que se constituem num conjunto de tendências observáveis, expressam, de um lado, as relações entre sujeitos estabelecidas na ação profissional e, de outro, os fundamentos ético-políticos e teóricos sobre os quais essas relações se apoiam, que, por sua vez, demandam diferentes formas de atuação. Constituídas de forma histórica e transitória, essas racionalidades mantêm, em quaisquer circunstâncias, um núcleo inteligível que articula as dimensões constitutivas da profissão.

A análise, ainda que preliminar, da instituição Serviço Social aponta para a centralidade do seu caráter interventivo, uma vez que dele depende a existência, materialidade e funcionalidade da profissão. Como categoria de análise; a intervenção é capaz de indicar as possibilidades da profissão, tanto no plano ontológico como no lógico. No plano ontológico, a análise da intervenção profissional permite-nos apanhar os aspectos constitutivos do modo de ser e de se desenvolver da profissão, as contradições que engendram e diversificam as ações profissionais e as possibilidades de os agentes atribuírem “novo” conteúdo às suas ações. A análise da intervenção profissional no plano lógico nos possibilita apreender os diferentes graus e níveis da razão acionados nesse processo e, por isso, é capaz de indicar os *padrões de racionalidade* que a sustentam.

Nossa argumentação vai no sentido de demonstrar que *a complexidade e diversidade alcançadas pela intervenção profissional, no sentido de atender às demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam a dimensão instrumental como a dimensão mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma*. Tais demandas e requisições exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis as problemáticas que lhe são

burguesa e no interior das formulações teórico-metodológicas que inspiram o Serviço Social.

postas como de intervenção nos sistemas de mediações que possibilitem a passagem das teorias às práticas.

A ausência ou insuficiência dessas condições vem se refletindo em crises de diversas naturezas no interior da profissão, ao mesmo tempo em que sinalizam as possibilidades objetivas de sua superação.²⁶

Se a intervenção encontra-se num plano objetivamente central para o conhecimento e reconhecimento dos modos de realização da prática profissional, há que se considerar que essas ações não se objetivam sem os seus agentes. Estes, por sua vez, possuem não apenas uma forma de ver o mundo, como uma dada formação acadêmica, intelectual, cívica e pessoal, mediações de caráter idiossincrático, que adquirem ponderabilidade nas ações e formas de compreensão dos profissionais sobre as relações sociais que confrontam.

Há racionalidades subjacentes às formas de intervenção profissional que, embora obscurecidas pela singularidade das ações individuais e pela legalidade posta no movimento histórico da realidade, produzem regularidades. Estas regularidades, produzidas na/pela intervenção profissional do conjunto da categoria dos assistentes sociais, tendem a revelar o caráter intencional das suas ações que passam a ser compreendidas não mais como dotadas de subjetividade individual, mas como *particularidades* que vinculam as ações dos diversos sujeitos profissionais. São as particularidades que determinam e vinculam as práticas dos assistentes sociais, que podem torná-las inteligíveis à razão, uma vez que são determinadas por

26. Em Hegel, e posteriormente em Marx, temos que as possibilidades de superação de um fenômeno são dadas pela negatividade que lhe é imanente. Esta constitui-se num princípio ontológico da realidade, uma vez que os fenômenos são, ao mesmo tempo, possibilidades e restrição de possibilidades. Períodos de crise, na teoria marxiana, apontam as condições objetivas nas quais a dissolução e o restabelecimento de possibilidades poderão desenvolver-se. Ver, a esse respeito, Marcuse, 1988, e Lukács, 1968b.

relações sociais e acontecimentos racionais, ou seja, são capazes de ser apreendidas pela razão. Dito de outro modo, os agentes profissionais, ao mesmo tempo em que produzem uma racionalidade objetiva mediante sua intervenção nas expressões da questão social, permeadas de racionalidade, incorporam-na, não como simples reflexo da realidade, mas mediados por procedimentos racionais que envolvem diferentes níveis de apreensão do real. Estes diferentes momentos da consciência dos sujeitos, que envolvem procedimentos do *intelecto* ou da *razão*, os conduzem a atribuir significados às atividades individuais ou coletivas que realizam.

Na medida em que os agentes profissionais recolhem as mediações postas nas objetividades sociais que produzem no plano interventivo, recriando, ao nível do pensamento, a dinâmica dos fenômenos e processos sobre os quais intervêm, estão inteligindo sobre suas ações. Quando este procedimento reflexivo se traduz em mediações para a intervenção, estão materializando uma racionalidade ou forma de conceber a realidade.

Neste sentido, as racionalidades do Serviço Social podem ser tomadas como um *conduto de passagem e eixo articulador entre teorias e práticas*.

Se há *várias racionalidades* no Serviço Social com níveis e graus de abrangência distintos, que adquirem maior ou menor ponderação em determinados momentos da trajetória histórica da profissão, por que esta intervenção, de modo geral, vem se traduzindo por ações terminais, de um fazer pragmático, repetitivo e imediatista que, no limite, sustenta a racionalidade da ordem burguesa?

A direção heurística que se persegue é a que evidencia, dentre outras determinações, a *predominância do “paradigma” da racionalidade formal*²⁷ no Serviço Social. Este “paradigma” tanto

27. Por “paradigma” da racionalidade formal-abstrata estamos entendendo os modelos explicativos da sociedade, presentes na tradição positivista que abstraem

requisita quanto baliza as ações instrumentais desencadeadas pelos profissionais na manipulação de variáveis, como resposta às demandas das classes sociais com as quais se confrontam.

Interessa-nos compreender, a partir de uma perspectiva inclusiva de conceber a razão na modernidade, as determinações fundamentais da racionalidade do capitalismo, a dinâmica que engendra a institucionalização da profissão, as mediações e demandas postas à intervenção profissional pelo desenvolvimento das forças produtivas, a articulação entre as formas de existência e consciência dos homens na ordem burguesa consolidada e as racionalidades que mobilizam o Serviço Social. A questão de fundo é compreender *se e em que medida o paradigma da racionalidade formal-abstrata é predominante na profissão no período compreendido como de “renovação profissional”*.²⁸

dos fatos seu caráter ontológico, imputando na realidade uma lógica que lhe é externa. Ao tomar os processos sociais como “coisas”, exteriores, superiores e anteriores aos indivíduos, nega-lhes qualquer possibilidade teleológica, ou, como nos indica Lukács, a racionalidade que não extrapola as conexões causais do tipo “se — então” (in Kofler et al., 1969, p. 44-5). A explicitação deste paradigma encontra-se desenvolvida no item 3.1 do Capítulo 1.

28. Na bibliografia do Serviço Social o período de renovação é entendido como o momento em que forças externas à profissão alteram o sistema de mediações postos à intervenção profissional do assistente social. Tais forças colocam-se como uma das determinações da inserção sócio-ocupacional do assistente social nas organizações de prestação de serviços e repercutem tanto na representação dos profissionais sobre sua ação quanto na de seus pares. Estas representações plasmam-se em ações profissionais, por meio das quais a prática profissional é institucionalizada, reconhecida, requisitada. Consideramos que a alocação socioinstitucional dos assistentes sociais como prestadores de serviços, executores de atividades finalísticas, ao descaracterizar a profissão como um *trabalho* e expulsá-la da intermediação direta da relação capital-trabalho, obscurece a natureza política da profissão e limita sua intervenção a ações instrumentais, incidindo sobre as representações que os profissionais têm das suas ações e da profissão. Deste ponto de vista a década de 1980 coloca-se como a mais significativa, dado que contempla alterações nas relações de trabalho, nas forças produtivas, nas instituições jurídico-políticas e sociais brasileiras, e como decorrência, na maneira de atuar e de inteligir a profissão. Este período coloca-se, ainda, como representativo das determinações engendradas pelo processo de renovação desencadeado pelo Serviço Social pós-década de 1960. Ver, a esse respeito, Iamamoto, 1991 e 1992; Netto, 1989a e 1991a.

Enfrentar este debate implica partir de algumas premissas que nos permitam uma primeira aproximação ao tema:

— O Serviço Social desenvolve ações instrumentais como exigências da sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho e alocação nos espaços socioinstitucionais da ordem capitalista dos monopólios. Estas ações são, ao mesmo tempo, amparadas por uma modalidade de razão e requisitadas por ela. Dado ao caráter hierarquicamente primário que ocupa na constituição da profissão, a instrumentalidade denota a “razão de ser” do Serviço Social, produzida e reproduzida pelo racionalismo formal-abstrato das formas de existência e consciência dos homens nas sociedades burguesas maduras. Este caráter instrumental, se, por um lado, constitui a funcionalidade para a qual a sociedade convoca o profissional, a sua razão de ser, por outro é o que lhe possibilita a passagem das teorias às práticas.

— A função de mediação, que a instrumentalidade do Serviço Social encerra, deve ser adequadamente dimensionada, sob pena de esconder e subsumir a dimensão ético-política da profissão, uma vez que essas mediações, necessárias à objetivação da intervenção profissional, não se reduzem ao acervo técnico-instrumental, tampouco aos conhecimentos técnicos e habilidades específicas dos sujeitos, mas incorporam padrões de racionalidade subjacentes às teorias e métodos pelos quais os agentes apreendem os fenômenos postos na realidade. E a partir dessas (re)construções mentais que os profissionais plasnam suas ações nos processos e relações com os quais se defrontam na intervenção profissional.

— A instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como a dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, referenciada pela prática social e histórica dos sujeitos que a realizam, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam. Se isto é verdade, há que se discernir entre instrumentalidade, enquanto conduto de passagem das racionalidades; ações instrumentais, enquanto atividades fina-

lísticas; e o grau de abrangência das modalidades da razão que iluminam as ações profissionais.

— A análise, ainda que preliminar, da constituição sincrética do Serviço Social, do caráter histórico das formas de racionalidade que o informam, das suas relações de continuidades e rupturas demonstram, no período estudado, a *predominância do paradigma da racionalidade formal a direcionar a intervenção profissional*. Enquanto uma das determinações deste movimento de continuidades e rupturas, temos as demandas postas e repostas pelas classes que se confrontam na ordem burguesa, demandas estas que se traduzem em requisições colocadas ao profissional. Tais requisições engendram modelos de prática que, no limite, estão fundamentados numa modalidade de razão, da qual decorre uma forma particular de relação entre sujeitos envolvidos e atribui uma determinada configuração à intervenção profissional. Entendemos que, embora necessário, este nível de racionalidade encontra-se limitado à apreensão da objetividade dos fenômenos, mas não alcança a sua processualidade.

— Se o “fazer” do assistente social é dado pela sua instrumentalidade, pela manipulação de variáveis empíricas, esta dimensão da profissão, sendo a mais desenvolvida, é capaz de designar os processos que se manifestam no âmbito da profissão, entre eles, as racionalidades que a sustentam.

Por estas razões, entendemos que a instrumentalidade do Serviço Social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional.

A ausência ou insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz, por um lado, o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares.

Nesta linha de argumentação temos, de uma parte, a “mitificação” das formas de realizar a intervenção (o “como fazer”) procedente de um pensamento formalizador que, no limite, considera que do domínio adequado de instrumentos e técnicas

podem derivar ações competentes técnica e politicamente e, de outra, o “discurso” que recusa instrumentos e técnicas, por considerá-los vinculados ao paradigma da lógica formal.

Se essa forma de interpretar a questão é correta, este estudo propõe-se a atribuir ao caráter instrumental da intervenção profissional o lugar que lhe é devido. De outro modo, restringir a natureza interventiva da profissão somente a essa perspectiva limita o conjunto das racionalidades que revestem a profissão ao paradigma da racionalidade formal.

O que se pretende demonstrar é que a *instrumentalidade, enquanto condição necessária à reprodução mesma da espécie humana*, não é exclusiva ao “paradigma” da razão formalizadora. Antes, incorpora outras modalidades de razão como o *momento necessário da relação entre o homem e a natureza* “como respostas aos carecimentos” (Lukács, 1978, p. 5). Porém, a racionalidade não se reduz à concepção instrumentalista da razão, ou seja, a adequação de meios às necessidades imediatas, cujos resultados independam dos *fundamentos* que os determinam. Neste sentido, há que se considerar tanto os supostos que estão a balizar as ações dos profissionais, os projetos e perspectivas de classe nos quais se apoiam e, ainda, se e em que medida a modalidade de razão que sustenta as ações profissionais permite não apenas ultrapassar as ações instrumentais, como, ainda, a apreensão das *condições e possibilidades que a situação contém, sua negatividade*.

Com base nessas premissas, importa-nos verificar a *influência do paradigma da racionalidade formal no Serviço Social e sua repercussão na intervenção profissional dos assistentes sociais*, no período de renovação da profissão. Pretendemos ainda compreender: *Qual o alcance deste “paradigma”, as modalidades de ação que a ele vinculam-se e a perspectiva que possa vir a alterar substancialmente o caráter eminentemente instrumental da ação profissional*. A consecução desses objetivos, além de colocar-se direta e organicamente vinculada aos nossos interesses e perspectivas profissionais, tende a contribuir de maneira substancial para a compreensão da questão neste momento da profissão.